

Lideranças do MBL seguem Moro e se filiam ao Podemos

O deputado estadual Arthur do Val, a coordenadora do MBL Adelaide Oliveira e o vereador de São Paulo Rubinho Nunes participaram da filiação à legenda na última quarta-feira, 26, todos com objetivo de disputar um cargo na Câmara. O deputado federal Kim Kataguiri assinou a ficha de forma simbólica enquanto aguarda alternativa para deixar o DEM antes da janela partidária.

Pág. 03

(Foto: Divulgação)



Brasil larga na frente rumo à OCDE



(Foto: Divulgação)

Desde a solicitação, em 2017, o Brasil não interrompeu o processo de adequar seus parâmetros aos da OCDE, mesmo com a indefinição na entidade sobre se e como abriria vagas, e já aderiu a 103 dos 251 instru-

mentos normativos - 37 no governo de Jair Bolsonaro, como ressaltaram na última quarta-feira, 26, os ministros Paulo Guedes (Economia), Ciro Nogueira (Casa Civil) e Carlos Alberto França (Relações Exteriores). Pág. 04

Aulas em SP voltam em fevereiro, sem novas medidas de restrição

Apesar da escalada de infecções pela variante Ômicron - a alta foi de 152% de novas internações por covid-19 ou suspeita da doença nas três últimas semanas no Estado -, ele aponta que os casos ligados à nova cepa têm apre-

sentado menor letalidade. A Prefeitura cancelou o carnaval de rua e adiou os desfiles no sambódromo de fevereiro para abril, mas não prevê fechamento do comércio ou das escolas. "Nesse momento não pensamos nisso. Pág. 08

Bolsonaro chama de 'absurdo' possível suspensão do Telegram no País

O Telegram não tem representação no Brasil, o que dificulta o cerceamento legal à empresa no combate às fake news. Como mostrou o Broadcast Político, sistema de notícias em tempo real do

Grupo Estado, o WhatsApp, por sua vez, firmou uma parceria com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para aprimorar uma ferramenta de denúncia de informações falsas. Pág. 03

Bolsonaro comemora relatoria de Mendonça no STF em pautas de gênero

Evangélico, Mendonça herdou a relatoria de uma ação sobre o ensino de questões de gênero em escolas. Movida pelo PSOL em 2018, a ação pede a der-

rubada de leis dos municípios de Garanhuns e Petrolina, em Pernambuco, que vedam a abordagem de informações sobre gênero nas políticas de ensino. Pág. 02

Confiança da Indústria cai 1,7 ponto em janeiro



(Foto: EBC)

O novo recuo reflete as incertezas com o setor em decorrência do recente aumento de casos da covid-19, que tem levado à redução no quadro de funcionários e ampliação das restrições em

diversos países, explica em nota a economista do FGV/Ibre Claudia Perdigão. "Tanto as perspectivas sobre o ritmo da atividade produtiva, quanto sobre a evolução da demanda foram comprometidas", acrescenta. Pág. 04

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

O jornal
DIÁRIO DE NOTÍCIAS
possui Certificação
Digital de Autenticidade
dos documentos, emitida
por Autoridade Certificadora
credenciada no âmbito
da infraestrutura de
Chaves Públicas Brasileiras
(ICP) Brasil.

CONSULTE-NOS
(11) 5584.0035

Bolsonaro anuncia reajuste de 33,24% no piso de professores da educação básica



Pela Lei do Magistério, o reajuste de professores é atrelado ao chamado valor por aluno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Va-

lorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), definido pelo Ministério da Educação, com base na inflação. No ano passado, o governo não concedeu reajustes. Pág. 08

Armas dos EUA chegam à Ucrânia; Biden ameaça Putin

Pág. 05

Em um único voo, EUA deportam 90 crianças e adolescentes brasileiros

Pág. 05

POLÍTICA

Com críticas ao TCU, Moro afirma que divulgará valores recebidos de consultoria

O ex-juiz e presidenciável do Podemos, Sérgio Moro, criticou o Tribunal de Contas da União (TCU) e disse que vai divulgar hoje, 28, seus rendimentos do período em que trabalhou na consultoria americana Alvarez & Marsal. "Não estou cedendo ao TCU. O TCU está abusando, mas eu quero ser transparente com você, com a população brasileira, como toda pessoa pública deve ser", afirma Moro em vídeo publicado ontem em rede social.

O TCU abriu procedimento para apurar eventual conflito de interesses na atuação de Moro na consultoria, administradora judicial que cuidou da recuperação da Odebrecht, alvo da Lava Jato. A Corte quer saber os termos do contrato e os valores previstos no seu encerramento, incluindo o salário de Moro. No vídeo, o ex-juiz afirma que o processo no TCU é "cheio de ilegalidades".

Moro também falou sobre a articulação para tentar criar uma CPI sobre a conduta dele na iniciativa privada. "O PT e o Centrão queriam me investigar. Já desistiram, porque sabem que não iriam encontrar nada

de errado", declarou Moro. "(O PT) percebeu que, além de não haver justificativa legal, seria um tiro no pé, pois a CPI seria uma oportunidade de lembrar aqueles que realmente receberam suborno das empresas investigadas na Lava Jato."

Em dezembro, o ministro Bruno Dantas, do TCU, atendeu a um pedido do Ministério Público junto ao tribunal e determinou que a Alvarez & Marsal entregasse documentos ligados à saída do ex-juiz da empresa. Em entrevista ao Estadão, Moro disse que apresentaria os valores requisitados apenas à Justiça Eleitoral.

Medidas? - Nesta semana, a Alvarez & Marsal divulgou nota na qual afirma que o contrato assinado com o presidenciável impedia a prestação de serviços a empresas envolvidas na Operação Lava Jato. Após o comunicado da consultoria, o subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado pediu ao TCU a adoção de "medidas" no Banco Central e no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para a obtenção dos documentos, diante do "claro interesse público brasileiro" no caso.

PSDB aprova avanço no entendimento com Cidadania para federação partidária

A Executiva Nacional do PSDB aprovou ontem por unanimidade o que chama de avanço no entendimento com o Cidadania para a formação de uma federação partidária, informa a legenda em nota. "Temos um levantamento preliminar que indica que a federação é bem-vinda. Precisamos avançar no regramento para essa convivência. O Cidadania tem sido parceiro importante do PSDB e há convergência política tanto nas eleições quanto no Legislativo", diz o presidente do PSDB, Bruno Araújo, na nota.

De acordo com o PSDB, os líderes tucanos defenderam na reunião da Executiva que a decisão final sobre a federação com o Cidadania seja tomada "o quanto antes". "Para que também se definam mais

rapidamente as chapas que vão disputar as eleições estaduais e nacionais", acrescenta o comunicado oficial.

"Além das aproximações já adiantadas pelas lideranças nos Estados, as conversas continuaram sendo conduzidas pelo presidente Bruno Araújo, o secretário-geral Beto Pereira e os líderes na Câmara, Adolfo Viana, e no Senado, Izalci Lucas, com o objetivo de mapear e apurar eventuais arestas regionais", finalizada a nota do PSDB. A federação partidária é uma novidade das eleições de 2022 e cria uma "fusão temporária" entre os partidos que precisa durar pelo menos quatro anos. A possibilidade foi criada pelo Congresso no ano passado e regulamentada por uma resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Justiça condena senador e ex-governador de RR pelo 'Escândalo dos Gafanhotos'

O juiz Felipe Bouzada Flores Viana, da 2ª Vara da Justiça Federal em Roraima, condenou o ex-governador Neudo Campos (Progressistas) e o ex-deputado estadual Antônio Mecias Pereira de Jesus (Republicanos), hoje senador, por improbidade administrativa no âmbito do chamado 'Escândalo dos Gafanhotos', que ocorreu entre 1998 e 2002. Na sentença que abarcou, ao todo, nove pessoas, foram estabelecidas multas que, somadas, ultrapassam R\$ 10 milhões. Cabe recurso da decisão.

Viana considerou que Mecias de Jesus foi "o único" que "enriqueceu ilicitamente", condenando-o "individualmente ao resarcimento do dano", segundo o Ministério Público Federal.

O esquema desarticulado pelo Ministério Público Federal - e que culminou na sentença proferida na sexta-feira, 21 - envolvia o aliciamento de pessoas que eram inseridas na folha de pagamento do Estado como servidores fantasmas, ficando conhecidos como "gafanhotos".

A mesma multa e suspensão também foi imposta ao ex-governador Neudo Campos, o ex-diretor do DER-RR Carlos Eduardo Levischi e a ex-secretária estadual de Administração Diva da Silva Brígida. Darbilene Rufino do Vale, Danilvyn Rufino do Vale, Rosimy Rodrigues Bezerra, Vitor Miguel Soares Neto e Alfonso Rodrigues do Vale, apontados pela Procuradoria como 'testes de ferro' indicados por Mecias, também foram condenados ao pagamento de multa.

Os detalhes da condenação foram divulgados pelo Ministério Público Federal.

O esquema desarticulado pelo Ministério Público Federal - e que culminou na sentença proferida na sexta-feira, 21 - envolvia o aliciamento de pessoas que eram inseridas na folha de pagamento do Estado como servidores fantasmas, ficando conhecidos como "gafanhotos".

Reeleição é 'tragédia', diz Ciro; maioria dos pré-candidatos quer abolir

O pré-candidato à Presidência Ciro Gomes (PDT) voltou a defender o fim da reeleição para presidente. Segundo o ex-ministro, o dispositivo é uma "tragédia" para a democracia brasileira, e extinguí-lo seria uma forma de gerar segurança para a aprovação de reformas.

"As reformas serão propostas todas no primeiro semestre, e eu vou oferecer aos políticos (caso vença a eleição) o fim da minha própria reeleição para que eles não tenham medo de que, acertando a mão, eu queira ser beneficiado por uma reeleição, que é uma tragédia no Brasil", afirmou ele na segunda-feira, 24, em entrevista ao apresentador José Luiz Datena. Ciro não é o único a condenar o instrumento. Levantamento do Estadão mostrou que outros candidatos da "terceira via" apostam no fim da reeleição como uma das marcas de suas campanhas. Além do pedetista, Sérgio Moro (Podemos), João Doria (PSDB), Simone Tebet (MDB), Alessandro Vieira (Cidadania) e Luiz Felipe d'Ávila (Novo) defendem um único mandato para o chefe do Poder Executivo.

No evento de sua filiação ao Podemos, em novembro do ano passado, Moro disse que a reeleição é uma experiência fracassada no Brasil. "O presidente, assim que eleito, e eu vi isso, começa a se preocupar mais com a reeleição do que com a população. Está em permanente campanha política", afirmou, em referência ao período em que foi ministro da Justiça do governo Bolsonaro.

(Foto: Divulgação)



O presidenciável João Doria argumenta que o dispositivo leva os governos a aprovarem medidas irresponsáveis na busca pelo segundo mandato, embora pondera que a reeleição ajudou o País a se estabilizar macroeconomicamente e consolidar o Plano Real nos anos 1990.

Simone Tebet segue o mesmo raciocínio e acredita que não haveria políticas fiscais e econômicas irresponsáveis no ano pré-eleitoral se a reeleição acabasse. Na avaliação do pré-candidato do Novo, Felipe d'Ávila, o instrumento "em si" não é o problema, mas "foi desvirtuado pela maneira inescrupulosa de manipulação do poder".

O assunto é menos frequente nas declarações dos candidatos

fora da "terceira via". O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não tem a extinção do dispositivo como uma de suas promessas, mas já disse no passado ser contra a renovação do mandato.

Em 2007, um ano após ser reeleito, ele afirmou que "sempre foi contra a reeleição" no programa semanal de rádio que o governo mantinha à época, "Café com o presidente". "Acontece que tem o instituto da reeleição e eu sou um presidente reeleito, portanto, eu não posso agora dar palpites", disse Lula à época.

Procurada, a assessoria do pré-candidato ainda não se manifestou sobre a posição do petista sobre o tema atualmente.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) chegou a defender o fim da reeleição durante sua campanha em 2018, mas não levou a proposta adiante em sua gestão. Ele tem sido criticado por levar adiante medidas econômicas controversas no ano em que busca a reeleição. Recentemente, o governo aprovou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para adiar o pagamento de precatórios, que são dívidas reconhecidas pela Justiça, a partir do próximo ano, e mudar a regra de cálculo do teto de gastos, principal âncora fiscal do País, para abrir espaço no Orçamento e viabilizar os pagamentos de R\$ 400 pelo programa Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família.

Bolsonaro comemora relatoria de Mendonça no STF em pautas de gênero



O presidente Jair Bolsonaro (PL) comemorou ontem, 27, que pautas relacionadas ao que ele chama de "ideologia de gênero" tenham ficado sob a relatoria do ministro André Mendonça, indicado por ele para o Supremo Tribunal Federal (STF). Em conversa com apoiadores, o mandatário reiterou estar satisfeito por honrar o compromisso de conduzir alguém "terrivelmente evangélico" para a Corte, e disse já ter em mente o perfil dos próximos indicados caso seja reeleito.

"Não quero saber da vida particular de quem quer que seja, mas na escola não dá", afirmou o chefe do Executivo. Ele disse acreditar que, atualmente, a maior parte da comunidade LGBT não concorda com as pautas de gênero.

Evangélico, Mendonça herdou a relatoria de uma ação sobre o ensino de questões de gênero em escolas. Movida pelo PSOL em 2018, a ação pede a derrubada de leis dos municípios de Garanhuns e Petrolina, em Pernambuco, que vedam a abordagem de informações sobre gênero nas políticas de ensino.

Bolsonaro destacou que o próximo presidente eleito terá direito a indicar dois ministros para o STF em 2023, referindo-se às vagas que serão

abertas com as aposentadorias dos ministros Ricardo Lewandowski e Rosa Weber, ambas previstas para o ano que vem. Perguntado por um apoiador se já tem os nomes "na ponta da língua", o mandatário deu a entender que, se for reeleito, vai indicar perfis parecidos com o de Mendonça.

Em dezembro, o plenário do STF abriu julgamento sobre o uso da "linguagem neutra" em instituições de ensino e editais de concursos públicos. A Corte analisa se referenda a decisão do ministro Edson Fachin de suspender uma lei de Rondônia que proibia o uso de palavras adaptadas para excluir a demarcação de gênero - "elу" em vez de "ele" ou "ela", por exemplo - no Estado.

À época, Bolsonaro afirmou que essa forma de se comunicar "estraga a garotada". "Cada um faz o que bem entender com o seu corpo. Mas por que a linguagem neutra dos gays? O que soma para a gente em uma redação? Estimula a molecada a se interessar por essa coisa para o futuro. Vai estragando a garotada", disse.

Como mostrou o Estadão, Mendonça terá papel determinante em julgamentos sensíveis à agenda conservadora defendida por Bolsonaro. Um deles é o que analisa se detentas transsexuais e travestis têm direito de optar por cumprir a pena em presídios masculinos ou femininos. Essas resoluções representam uma "prova de fogo" para o ministro, que durante sua sabatina no Senado prometeu priorizar o entendimento constitucional sobre o religioso em sua atuação na Corte. "Na vida, a Bíblia. No Supremo, a Constituição", afirmou ele.

As relatorias de processos no STF são definidas por sorteio. Um ministro do Supremo Tribunal Federal não pode escolher os processos que vai julgar. Mendonça "herdou" o processo das questões de gênero nas escolas e das detentas trans do gabinete do ministro Marco Aurélio Mello, que se aposentou da Corte em julho do ano passado, abrindo a vaga para o indicado de Bolsonaro.

Ciro e Moro superam Bolsonaro em 'probabilidade de voto', aponta Ipsos

Mais pessoas têm restrições a votar no presidente Jair Bolsonaro (PL) do que em Ciro Gomes (PDT) e Sérgio Moro (Podemos), segundo pesquisa Ipsos divulgada ontem (27). Apenas 8% dos eleitores consultados disseram que "poderiam" votar no chefe do Planalto, enquanto para Moro e Ciro esse índice é de 28% e 39%, respectivamente. Essa categoria de resposta é o meio termo entre os eleitores que "com certeza" escolheriam um candidato e aqueles que não

fariam de maneira alguma. Entre todos os pré-candidatos, o atual presidente da República é quem tem a maior rejeição - 64% disseram que não votariam nele de jeito nenhum". Para Ciro e Moro, o porcentual é de 42% e 53%, respectivamente. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aparece como uma opção impensável para 43% dos eleitores.

"Com certeza" votariam em Lula 44%; em Bolsonaro, 25%; em Moro, 12%; e em Ciro,

11%. Mais que a metade disse não conhecer suficientemente o pré-candidato do Cidadania, Alessandro Vieira (54%), e o do Novo, Luiz Felipe d'Ávila (53%). Lula se manteve com 44% das intenções de voto no cenário estimulado, com vantagem de 20 pontos sobre Bolsonaro, que tem 24%. Sérgio Moro e Ciro Gomes têm 8% cada, enquanto João Doria tem 2%. Simone Tebet, Rodrigo Pacheco e Alessandro Vieira aparecem empatados com 1%.

Primeiro turno - A pesquisa mostra ainda que Lula teria chances de vencer no primeiro turno, dentro da margem de erro, se Moro desistisse da corrida presidencial. Nesse cenário, o petista supera a soma de todos os demais candidatos por 44% a 43%. A desistência de Moro aumenta em dois pontos porcentuais as intenções de voto em Bolsonaro, que passam de 24% a 26%; dois para Doria, que vai de 2% a 4%; e um para Ciro, que sobe de 8 a 9%.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administrador
Elaine Fernandes
Financeiro
Valter Lana
Editor responsável
redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP



POLÍTICA

Eduardo Bolsonaro põe padrinho de casamento em cargo de chefia de Ministério

O deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) emplacou um padrinho de casamento em cargo de confiança no Ministério das Comunicações, comandado pelo ministro Fábio Faria. Servidor de carreira do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e até então coordenador-geral de Administração do órgão, Luiz Henrique Trombetta Barbosa passará a desempenhar como chefe de gabinete na Secretaria de Comunicação Institucional (Secoi).

Vinculada à Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), a Secoi é a área responsável por gerenciar o relacionamento do governo com formadores de opinião nacionais e internacionais, bem como por divulgar programas e ações do governo.

A nomeação foi oficializada no Diário Oficial da União (DOU) da última terça, 25. "Vou trabalhar com o Mateus Colombo Mendes", disse Barbosa ao Estadão, em referência ao chefe da Secoi. Em seguida, afirmou que não poderia dar mais detalhes e desligou o telefone. Questionado sobre sua formação acadêmica e se tem expertise para ocupar o cargo no Ministério das Comunicações, ele bloqueou o contato da reportagem no WhatsApp.

O currículo de Barbosa apresentado ao governo federal não traz nenhuma experiência ligada à área de comunicação. As únicas experiências profissionais têm relação com atuação administrativa no poder público e com advocacia. Quanto à fluência em idiomas, ele informou que possui "nível básico" de inglês e espanhol.

(Foto: Divulgação)



Barbosa é técnico administrativo do Ibama desde 2013. Em setembro do ano passado, foi alçado à Coordenação-Geral de Administração, cargo de confiança que tem salário bruto de R\$ 11,7 mil, segundo informações do Portal da Transparência. Agora, será alocado na área de comunicação do governo em cargo semelhante.

A chegada de um servidor ligado à família Bolsonaro à comunicação do governo ocorre no momento em que o comitê de campanha do presidente Jair Bolsonaro, que pretende disputar a reeleição, estuda ajustes nas estratégias eleitorais. Sob a liderança do vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), a campanha digital do chefe do Executivo deu mais um passo ao lançar a Bolsonaro TV, um aplicativo que reúne postagens

do presidente nas redes sociais. Barbosa é considerado um homem de confiança também de Carlos. Desde o início do mandato de Bolsonaro, a área de comunicação é foco de disputas envolvendo os filhos do presidente, que já entraram em atritos com a ala militar, inicialmente responsável pelo setor.

Cargos - Barbosa sempre esteve restrito a funções de técnico administrativo, como a organização de dados e tabelas e serviços de secretariado. Suas promoções internas para cargos comissionados - funções de confiança que dependem de nomeações - passaram a ocorrer a partir de 2019, na gestão do governo Bolsonaro.

Em abril de 2019, assumiu a função de chefe da Divisão de Administração e Finanças do Ibama, nível conhecido como

"DAS-2". Em dezembro daquele ano, subiu mais um degrau e passou a ser o coordenador de Gerenciamento de Contratos do Ibama. Em setembro do ano passado, Barbosa passou a ser o coordenador-geral de Administração do Ibama. Na prática, a função cuida de quase todas as áreas de compras do órgão federal. Barbosa, no entanto, só passou quatro meses nesta função. No Ibama, a avaliação de quem trabalhou com ele é de que o servidor não tinha preparo para o posto e sua ascensão se deve a indicações políticas dos Bolsonaros.

Mateus Colombo Mendes foi procurado por e-mail e telefone, mas não respondeu. A assessoria de Eduardo Bolsonaro disse estar em recesso e afirmou não ter conhecimento da nomeação de Barbosa.

Definição de pré-candidaturas ao Planalto antecipa trocas partidárias

(Foto: Divulgação)



Com os pré-candidatos à Presidência da República lançados quase um ano antes da eleição, deputados e senadores passaram a antecipar a busca por partidos alinhados às suas posições eleitorais. O troca-troca partidário teve início ainda em 2021 e nesta quarta-feira, 26, se acentuou com evento que marcou a migração em bloco de integrantes do MBL - antes espalhados por várias legendas - para o Podemos de Sérgio Moro.

No caso dos deputados federais, estaduais e distritais, o movimento contraria norma do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que abre a janela partidária para trocas de siglas só a partir de 3 de março. Mas a antecipação da pré-campanha ao Planalto, aliada a acordos entre as agremiações, "liberou" os parlamentares a mudar de casa ou ao menos anunciar essa intenção antes da hora.

Desde meados do ano passado, ao menos oito deputados federais já se filiaram a legendas diferentes das que os elegeram em 2018, segundo levantamento feito pelo Estadão. Somados os que revelaram essa intenção ou que só assinaram a ficha em atos simbólicos, como Kim Kataguiri ontem (que trocará o DEM pelo Podemos), a conta vai a 13. Entre os senadores - que

são "donos" de seus mandatos e, por isso, podem mudar de sigla a qualquer tempo - o total de trocas efetivadas e anunciadas chega a 14. Segundo o Senado, 12 deles já avisaram a Casa oficialmente. Nesta lista, está, por exemplo, Fabiano Contarato (ES), que deixou a Rede para se filiar ao PT.

A antecipação à janela é atípica, já que o parlamentar pode responder por infidelidade partidária se a agremiação de origem ou o Ministério Público eleitoral decidir entrar com representação na Justiça. Para contornar possíveis punições, alguns deputados recorrem ao TSE para solicitar a mudança fora do período permitido.

É possível, por exemplo, pedir desfiliação por "justa causa" em caso de incorporação, fusão ou criação de uma sigla, mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário e, ainda, discriminação pessoal. Caso contrário, pode haver perda do mandato.

Fator Moro - Realizado ontem, em São Paulo, o evento simbólico de adesão do MBL ao Podemos contou com o deputado estadual por São Paulo Arthur do Val (agora ex-Patriota), que pretende se lançar ao governo do Estado. Ele afirmou que o "fator Moro" foi decisivo para o ingresso antecipado na

legenda. "Temos apoio recíproco das respectivas pré-candidaturas. É natural que estejamos no mesmo partido", disse. "Essa união não é entre partidos políticos, é entre movimentos, partidos e pessoas. Setor privado e sociedade civil. O PT está ameaçando voltar para São Paulo. Precisa colocar aqui no Estado de São Paulo uma posição firme e forte contra esse tipo de proposta", afirmou Moro.

Expulso do DEM em 2019, Do Val obteve autorização para migrar para o Patriota e, agora, trocar de agremiação de novo. Kataguiri tentará contornar a janela partidária solicitando acordo ou saída da atual sigla por justa causa, o que poderá ocorrer se a fusão do DEM com o PSL para a formação do União Brasil for homologada antes da janela partidária.

Outros quatro parlamentares usam estratégia parecida na tentativa de evitar a perda do mandato, anuncianto a saída sem, de fato, deixar a legenda. É o que aconteceu, por exemplo, com o deputado federal Túlio Gadelha (PDT-PE). Apesar de afirmar publicamente que migraria para a Rede, Gadelha segue no PDT e participou da convenção nacional do partido, data em que o nome de Ciro Gomes foi anunciado como pré-candidato ao

Lideranças do MBL seguem Moro e se filiam ao Podemos

O Movimento Brasil Livre (MBL) consolidou o apoio ao pré-candidato à Presidência Sérgio Moro e iniciou a migração de suas lideranças ao Podemos, partido que abriga o ex-juiz na corrida presidencial. O deputado estadual Arthur do Val, a coordenadora do MBL Adelaine Oliveira e o vereador de São Paulo Rubinho Nunes participaram da filiação à legenda na última quarta-feira, 26, todos com objetivo de disputar um cargo na Câmara. O deputado federal Kim Kataguiri assinou a ficha de forma simbólica enquanto aguarda alternativa para deixar o DEM antes da janela partidária.

Vem pra Rua - Além do MBL, Moro dialoga também com o movimento Vem pra Rua. Nesta quarta-feira, ele assinou com o grupo uma carta de compromisso onde promete o fim da prisão em segunda instância, do fôrro privilegiado e da reeleição para o cargo de presidente.

Já o MBL recebeu do Podemos a garantia de "independência" para os membros do movimento. Rubinho Nunes destacou a "liberdade para o MBL atuar dentro do partido" como um dos atrativos para a filiação do grupo.

Mirando o presidente Jair Bolsonaro, Santos Cruz defendeu que as Forças Armadas não devem participar da política institucional. "Vi milhares de pessoas morrendo por violência de origem política. E sempre os líderes covardes não são eles que morrem. O fanatismo sempre termina em violência", disse, citando "milícias da internet" que, segundo ele, praticam "o que se pratica em todos os regimes totalitários pelo mundo". "Passando por todos os iSMS até chegar no bolsonarismo."

Deputado federal cotado para a disputa presidencial, Jânones desejou sucesso a Arthur do Val e Moro. "Nós temos projetos diferentes a nível nacional, mas o mesmo que eu disse ao MBL eu digo a você. Nossa objetivo é um só, o bem do País", afirmou.

Bolsonaro chama de 'absurdo' possível processo de suspensão do Telegram no País

O presidente Jair Bolsonaro (PL) chamou de "absurdo" um possível processo de suspensão do Telegram no Brasil por falta de colaboração no combate a informações falsas. "A gente está vendo, é covardia o que estão tentando fazer com o Brasil", declarou o presidente a apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada sobre a possibilidade de a Justiça Eleitoral cassar o funcionamento da plataforma

Reforços - Outros presidenciáveis também têm atraído quadros para os seus respectivos partidos ou siglas aliadas. No caso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não apenas o PT tem ganhado quadros novos, mas também o PSB - ambos ensaiam a oficialização de uma federação que incluiria ainda o PSOL e o PCdoB.

Marcelo Freixo (RJ)

no País neste ano eleitoral. O Telegram não tem representação no Brasil, o que dificulta o cerceamento legal à empresa no combate às fake news. Como mostrou o Broadcast Político, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, o WhatsApp, por sua vez, firmou uma parceria com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para aprimorar uma ferramenta de denúncia de informações falsas.

Bolsonaro e Michelle foram à missa de 7º dia de falecimento da mãe do presidente

O presidente Jair Bolsonaro (PL) e a primeira-dama, Michelle, foram por volta das 9h de ontem, 27, à Catedral Militar Rainha da Paz, em Brasília, para a missa de sétimo dia do falecimento de Olinda Bolsonaro, mãe do chefe do Executivo. Dona Olinda, como era conhecida, morreu na última sexta-feira, aos 94 anos, em Eldorado (SP).

A cerimônia será presidida pelo arcebispo militar Dom Fernando Guimarães. Não teve transmissão nas redes sociais. Estiveram presentes ministros como Braga Netto (Defesa), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria-Geral da Presidência), Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional). O vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho "Zero Dois" do presidente, também já chegou. Há poucos apoiadores civis na igreja.

Em razão da missa de sétimo dia, o presidente teve de cancelar sua participação na cúpula do Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (Prosul), que ocorre hoje em Cartagena, Colômbia. O vice-presidente Hamilton Mourão

foi escalado para representar o Brasil no encontro.

Papa Francisco envia mensagem de pesar a Bolsonaro por falecimento de Dona Olinda

O Papa Francisco enviou uma mensagem de pesar ao presidente Jair Bolsonaro pela morte de Dona Olinda, mãe do chefe do Executivo, ocorrida na última sexta-feira.

A nota foi lida por um representante do Vaticano no Brasil durante a missa de sétimo dia de falecimento da mãe do presidente, que está sendo realizada na manhã de ontem (27) na Catedral Militar Rainha da Paz, em Brasília. Além do presidente e da primeira-dama, Michelle Bolsonaro, a cerimônia conta a presença de alguns ministros do governo.

Na mensagem, o papa dirige-se diretamente a Bolsonaro e manifesta sua solidariedade ao presidente.

"Com pesar, acabo de receber a notícia da morte de sua venerada mãe, que deixou belo testemunho cristão tanto no desempenho de sua missão familiar como na colaboração prestada à vida eclesiástica", afirmou o líder da Igreja Católica, em nota. "Apresento à vossa excelência e à família enlutada minhas sentidas condolências e o conforto do Altíssimo, enquanto imploro ao senhor pela alma de sua serva", acrescentou o papa.

ECONOMIA

UE apresenta queixa contra China na OMC por restrições comerciais à Lituânia

A União Europeia (UE) apresentou uma queixa contra a China na Organização Mundial do Comércio (OMC) por supostas restrições comerciais impostas à Lituânia, após o pequeno país báltico permitir que Taiwan abrisse um escritório de representação em Vilnius sob um nome que sugere que a ilha não faz parte do território chinês.

Vice-presidente executivo da UE e comissário de comércio, Valdis Dombrovskis disse que o bloco solicitou uma consulta na OMC com a China sobre o que classifica como "práticas comerciais discriminatórias". A UE administra o comércio externo de seus 27 países-membros.

Porta-voz do Ministério de Comércio da China, Gao Feng

respondeu que o país "vem mantendo contato com o mecanismo de resolução de disputas da OMC" e que Pequim "sempre geriu seu comércio externo de forma a cumprir as regras da OMC".

Em comunicado divulgado nesta quinta-feira, a UE diz que as ações da China "parecem ser discriminatórias e ilegais pelas regras da OMC" e estão prejudicando exportadores da Lituânia e de outros países do bloco europeu.

Autoridades lituanas e da UE alegam que a China aplicou uma série de restrições comerciais que não tornou públicas, em retaliação a uma decisão da Lituânia de permitir a abertura de um escritório taiwanês sob o nome Taiwan.

Confiança da Indústria cai 1,7 ponto em janeiro, na 6ª queda seguida, diz FGV

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) apresentou queda de 1,7 ponto em janeiro na comparação com dezembro, a 98,4 pontos, informou nesta quinta-feira o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre). A sexta queda consecutiva levou o ICI ao menor nível desde julho de 2020 (89,8 pontos). O novo recuo reflete as incertezas com o setor em decorrência do recente aumento de casos da covid-19, que tem levado à redução no quadro de funcionários e ampliação das restrições em diversos países, explica em nota a economista do FGV/Ibre Cláudia Perdigão. "Tanto as perspectivas sobre o ritmo da atividade produtiva, quanto sobre a evolução da demanda foram comprometidas", acrescenta.

Perdigão apresenta ainda que uma sequência de quedas como essa não é observada desde 2014, quando foram registrados oito meses seguidos de

retração. Apesar disso, a economista considera que a redução gradual dos gargalos de insumos pode colaborar para a recuperação do setor ao longo de 2022.

O Índice Situação Atual (ISA) cedeu 1,2 ponto em janeiro, para 99,8 pontos, o menor valor desde agosto de 2020 (97,8 pontos). O recuo foi puxado por queda de 6,4 pontos na situação atual dos negócios, que chegou a 89,4 pontos, menor nível desde julho de 2020 (87,0).

A demanda total também apresentou queda, recuando 4,2 pontos, a 99,5 pontos. O Índice de Expectativas (IE), por sua vez, caiu 2,0 pontos, para 97,1 pontos, menor patamar desde abril de 2021 (96,9 pontos). Entre as aberturas, a produção prevista para os próximos três meses foi quem mais influenciou a queda da confiança na indústria no período, com recuo de 4,7 pontos, a 94,1 pontos, atingindo o menor patamar desde maio de 2021 (93,1 pontos).

Dólar cai ante real e pares emergentes com commodities e fluxo cambial ajudando

O dólar opera em baixa no mercado à vista na manhã de ontem, 27, em meio alta das commodities e possível continuidade de entrada de investidores estrangeiros, segundo operadores de câmbio. O ajuste acompanha o dólar mais fraco ante algumas moedas de países emergentes exportadores de matérias-primas, como peso mexicano, peso chileno, rublo russo e rand sul africano.

Pode estar havendo continuidade de fluxo de investidor estrangeiro para esses países e o Brasil pode estar se beneficiando também, porque há oportunidades atraentes na Bolsa e principalmente pela perspectiva de novos aumentos da taxa Selic nos próximos meses, dada a inflação persistente no País.

O IPCA-15 desacelerou em janeiro, mas a taxa em 12 meses registrou um aumento de 10,20%, mais que o dobro da

meta de inflação do BC para 2022). Para a reunião do Copom, na próxima semana (dias 1º e 2 de fevereiro), a aposta majoritária é de elevação de 150 pontos base, de 9,25% para 10,75% ao ano.

Mas a queda no mercado de câmbio local é limitada pela apreciação do dólar no exterior em comparação com moedas rivais nesta quinta-feira. Preocupações com aumento dos gastos públicos neste ano de eleição presidencial no Brasil seguem no radar local também.

Lá fora, a libra e o euro bateram mínimas ante a divisa americana, levando o índice DXY ao seu maior patamar desde a última semana de julho de 2020. O movimento ocorre em reação à sinalização de que o Federal Reserve (Fed) vai subir os juros em março e iniciar a redução do seu balanço de ativos logo em seguida.

Juros sobem com pressão de tom mais duro do Fed e antes de leilão do Tesouro

Os juros futuros avançaram na manhã de ontem, 27, embora com menos intensidade do que logo após a abertura, influenciados pelo tom mais "hawkish" - ou duro - do Federal Reserve e do seu presidente, Jerome Powell, sinalizando início de aperto monetário nos Estados Unidos em março e outros aumentos esperados ao longo do ano.

Segundo economistas consultados pelo Estadão/Broadcast, esse é o principal driver no mercado de juros e as questões ligadas ao fiscal, especialmente a proposta para redução do preço dos combustíveis segue no radar, mas desdobramentos mais concretos devem vir ape-

nas após o fim do recesso no Congresso. Há ainda expectativa com o leilão de LTN e NT-F do Tesouro (11h).

Às 10h13 desta quinta-feira, a taxa do contrato de depósito interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 subia a 11,12%, de 11,09% no ajuste de ontem. O DI para janeiro de 2025 subia a 11,13%, de 11,04, e o para janeiro de 2023 avançava para 12,18%, de 12,02% no ajuste anterior.

O juro da T-note de 2 anos subia a 1,194%, ante 1,127% no fim da tarde de quarta-feira, enquanto o da T-note de 10 anos caía a 1,822%, de 1,855%, e o do T-bond de 30 anos recuava a 2,122%, de 2,177%.

As questões fiscais são o maior obstáculo para que o Brasil consiga uma vaga na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de acordo com a secretaria executiva do Ministério da Economia. Mas o País é, disparado, o mais preparado no momento entre os candidatos.

Desde a solicitação, em 2017, o Brasil não interrompeu o processo de adequar seus parâmetros aos da OCDE, mesmo com a indefinição na entidade sobre se e como abriria vagas, e já aderiu a 103 dos 251 instrumentos normativos - 37 no governo de Jair Bolsonaro, como ressaltaram na última quarta-feira, 26, os ministros Paulo Guedes (Economia), Ciro Nogueira (Casa Civil) e Carlos Alberto França (Relações Exteriores).

Documento interno do Ministério da Economia, que explica a relevância do organismo e enfatiza a importância de o Brasil se tornar um de seus membros, detalha os itens ainda pendentes. Cálculos da secretaria executiva revelam que 18% estão em processo de adesão, 19% não têm qualquer tipo de conflito com as exigências da OCDE, 10% estão em avaliação e 12% representam algum desafio.

No grupo mais delicado e que somam 30 instrumentos, o maior obstáculo (23%) tem relação com assuntos fiscais,

segundo o governo. Na sequência estão investimentos (17%), política científica e tecnológica e transporte marítimo (com 10% cada), crédito à exportação, construção naval e meio ambiente (7% cada). Com 3% cada estão temas ligados ao turismo, apoio ao desenvolvimento, química e saúde. As áreas de emprego, trabalho e assuntos sociais e de seguros e pensões privadas também são apresentadas, mas não há um percentual revelado.

Sobre o meio ambiente e a área química, o governo diz esperar resposta da OCDE para adesão a 37 instrumentos.

Mais seis países pleiteiam vaga - A OCDE abriu o processo de ingresso a um total de seis postulantes que já tinham pleiteado fazer parte do grupo nos últimos anos: os sul-americanos Brasil, Argentina, Peru e os europeus Croácia, Bulgária e Romênia. Para serem aprovados pelo grupo - é preciso que haja consenso - os países têm de, entre outros pontos, aderir a 251 instrumentos normativos.

O Brasil, cuja equipe econômica colocou como prioridade o ingresso nesse organismo multilateral, está à frente dos outros cinco: já cumpriu 103 dos itens. A Romênia é a segu-

da na corrida, com adesão de 53 instrumentos. Na sequência, vem Argentina (51), Peru (45), Bulgária (32) e, na lanterna, a Croácia (28).

Carta de Bolsonaro - Em reforço à candidatura brasileira, em uma carta de três páginas em inglês, o presidente Jair Bolsonaro agradeceu o convite da OCDE de iniciar o processo de ingresso do País como membro. No documento, obtido pelo Estadão/Broadcast, ele disse que o Brasil está alinhado às práticas da entidade, deu grande ênfase às questões ambientais e a valores básicos, como liberdade individual e democracia.

Ingresso de capital externo no país soma US\$ 46,4 bi em 2021



Os investimentos estrangeiros diretos (IDP) na economia brasileira somaram US\$ 46,441 bilhões em 2021, aumento de 23% em relação a 2020, segundo dados divulgados ontem pelo Banco Central. Dessa forma,

foram suficientes para cobrir o rombo das contas externas no ano passado - que foi de US\$ 28 bilhões. O IDP engloba investimentos mais duradouros no País, como em uma nova fábrica ou na ampliação da capacidade

de uma instalação já existente. O resultado foi beneficiado pela recuperação dos fluxos de investimento após o impacto mais severo da pandemia na economia mundial em 2020. Mas alguns especialistas observam que

Saldo de garantias da União cresce 2,5% em 2021 e chega a R\$ 303 bi, diz Tesouro

Com 50 novos contratos no ano passado, o saldo das garantias concedidas pela União aos governos regionais em operações de crédito cresceu 2,5% em 2021 e chegou a R\$ 303,41 bilhões, de acordo com dados do Tesouro Nacional. No fim de 2020, o estoque estava e R\$ 296 bilhões.

O porcentual a vencer em 12 meses estava em 9,7% no fim de 2021 e o custo médio total era de 8,18% ao ano - sendo de 7,85% para as operações internas e de 8,38% para as operações externas.

A maior parte do saldo diz respeito a operações externas, com garantias de R\$ 190,48 bilhões. Organismos internacionais - como BIRD, BID, CAF, entre outros - respondem por 91,0% (R\$ 173,27 bilhões) das operações de crédito internacionais. Já o estoque de garantias em operações internas chegou a R\$ 112,93 bilhões, sendo que 98,1% (R\$ 110,74 bilhões)

dizem respeito a operações firmadas com bancos públicos federais - como Banco do Brasil, Caixa e BNDES.

Das 50 novas operações com garantias da União realizadas em 2021, 40 foram internas e 10 externas. O Tesouro destacou que 36 delas foram assinadas com municípios.

Entre os mutuários, os Estados respondem por 77,2% (R\$ 234,13 bilhões) do saldo devedor total. Os municípios e os bancos federais têm participação de 10,1% e 7,5%, respectivamente. Já as entidades controladas aparecem com 3,0% (R\$ 9,19 bilhões) e as estatais federais com 2,2% (R\$ 6,75 bilhões).

Em valores totais do estoque, o Estado de São Paulo possui o maior saldo devedor nessas operações, com 13,4% do total (R\$ 40,72 bilhões), seguido pelo Estado do Rio de Janeiro com 12,2% do total (R\$ 37,14 bilhões).

Financiamento imobiliário fecha 2021 com recorde de R\$ 255 bi, diz Abecip

O financiamento imobiliário no Brasil chegou a R\$ 255 bilhões em 2021, um recorde na série histórica da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip).

O financiamento através do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) responsável pela maior parte dos financiamentos, ou R\$ 205,4 bilhões, também um recorde histórico.

"A gente fecha o ano de 2021 com um volume de R\$ 255 bi em financiamento, números nunca antes atingidos na nossa indústria", disse o presidente da Abecip, José Ramos Rocha Neto, eleito em novembro para o posto. Os números foram divulgados pela entidade em coletiva de imprensa ontem, 27.

Ao todo, os associados da Abecip financiaram 1,233 milhões de unidades imobiliárias no ano passado, outro recorde

histórico, superando o pico anterior, registrado em 2013.

"O SBPE é a principal fonte de funding, com carteira de R\$ 790,1 bilhões em dezembro. O FGTS é segunda maior fonte, bateu R\$ 520,3 bilhões, 29% do total", disse Rocha Neto durante a coletiva.

Dos recursos do SBPE, R\$ 164,8 bilhões foram direcionados ao crédito imobiliário para o consumidor, alta de 75% em relação a 2020. Os outros R\$ 40,6 bilhões foram destinados ao financiamento à construção civil, uma elevação de 35% no mesmo período.

Do financiamento para o consumidor, R\$ 110,3 bilhões foram para a compra de imóveis usados, alta de 66% em um ano. Os imóveis novos receberam R\$ 54,5 bilhões, alta de 98% no mesmo período.

"Aquisição de imóvel usado recebeu dois terços de recursos", disse Rocha Neto.

INTERNACIONAL

Armas dos EUA chegam à Ucrânia; Biden ameaça Putin

A Ucrânia confirmou na última quarta, 26, que recebeu em Kiev, na terça-feira, 25, um carregamento com armas, munições e equipamento militar dos EUA. Segundo a vice-ministra ucraniana da Defesa, Hanna Maliar, a carga faz parte de um pacote de US\$ 200 milhões aprovado pelo presidente americano, Joe Biden, para reforçar a segurança do país diante de uma iminente invasão da Rússia.

Além da ajuda direta, Biden também trabalha nos bastidores para tentar conter o avanço russo. Ontem, ele afirmou que estuda sanções pessoais contra o presidente Vladimir Putin, caso ele decida invadir a Ucrânia. O Kremlin respondeu, afirmando que a medida seria um risco. "Sanções individuais contra Putin não seriam dolorosas, mas politicamente destrutivas", disse o porta-voz do governo, Dmitri Peskov.

As portas para uma saída diplomática, no entanto, parecem cada vez mais fechadas. Os EUA apresentaram ontem por escrito sua resposta à exigência da Rússia de vetar a adesão da Ucrânia à Otan. Na mensagem, entregue pelo embaixador americano em Moscou, John Sullivan, a Casa Branca rejeita o pedido e defende o direito ucraniano de fazer parte da aliança. Em Bruxelas, o embaixador russo recebeu a mesma resposta dos países da Otan.

Horas antes, o chanceler da

(Foto: Divulgação)



Rússia, Sergei Lavrov, havia ameaçado adotar retaliações se as respostas dos EUA e da Otan não satisfizessem o Kremlin. "Se o Ocidente continuar seu curso agressivo, Moscou tomará as medidas retaliatórias necessárias", afirmou Lavrov em discurso ao Parlamento. "Não permitiremos que nossas propostas se percam em discussões intermináveis."

A movimentação de soldados e armas indica que um conflito é iminente. A Rússia tem 100 mil homens mobilizados na fronteira com a Ucrânia, enviou tropas para Belarús e iniciou um exercício militar em vá-

rias partes de seu território. Do outro lado, membros da Otan despacharam caças e navios de guerra para o Leste da Europa e os EUA colocaram 8,5 mil soldados de prontidão para serem deslocados para a região.

Ontem, a vice-secretária de Estado dos EUA, Wendy Sherman, afirmou que a Rússia deve atacar em algumas semanas. "Tudo indica que Putin fará uso da força militar em algum momento, talvez entre agora e meados de fevereiro", disse.

Pedido de calma - No entanto, mesmo diante da intensa movimentação, o governo ucraniano dá sinais de que não acre-

dita em uma invasão em larga escala. Ontem, o presidente da Ucrânia, Volodmyr Zelenski, pediu calma à população. "Proteja seu corpo dos vírus, seu cérebro das mentiras, seu coração do pânico", disse. Em artigo publicado na segunda-feira, 24, Andriy Zagorodnyuk, ex-ministro da Defesa da Ucrânia, afirmou que a Rússia não tem o número de soldados necessário para uma invasão em larga escala. Vários elementos estão faltando, segundo ele, incluindo grupos táticos, tanques e paracaidistas, além da falta de pessoal para atuar nos poucos hospitais de campanha montados.

Em um único voo, EUA deportam 90 crianças e adolescentes brasileiros

(Foto: EBC)



Pelo menos 90 crianças e adolescentes brasileiros foram deportados dos EUA em um voo que chegou ontem a Belo Horizonte com 211 imigrantes ilegais. A Polícia Federal está investigando como as crianças,

com no máximo 10 anos, entraram ilegalmente em território americano.

O desembarque foi acompanhado pelos juizados da Infância e da Juventude de Pedro Leopoldo e de Belo Horizonte.

O objetivo é verificar se as crianças viajaram acompanhadas do pai ou da mãe.

Caso não estejam com seus responsáveis legais, o caso poderá ser tratado como tráfico de menores. Segundo a BH

Airport, concessionária que administra o aeroporto de Belo Horizonte, o caso de ontem é o maior número de deportados em um único voo para Confins desde 2019. Em maio, os EUA enviaram ao Brasil o primeiro voo fretado para deportar brasileiros desde o início do governo de Joe Biden.

A prática era comum no governo de Donald Trump, que adotou política anti-imigração, mas passou a ser usada também no governo Biden, quando um número recorde de imigrantes começou a chegar na fronteira dos EUA com o México.

Em setembro, os EUA pediram que o governo brasileiro aceitasse três voos semanais de deportados. O Brasil concordou com dois.

A nova periodicidade estava prevista para entrar em vigor em outubro. O Itamaraty explicou, na época, que o objetivo era reduzir o tempo de permanência dos brasileiros em centros de detenção americanos, especialmente durante a pandemia.

Apesar da Ômicron, vários países europeus suspendem restrições contra a covid-19

(Foto: Divulgação)



de 1,5 milhão de infecções durante a pandemia em dois anos, sendo um milhão delas apenas nos últimos dois meses.

Em relação à média móvel de mortes, o país chegou a registrar 35 em um dia em janeiro de 2021. Durante o surto, no entanto, a maior média de óbitos diários foi 17. Atualmente, a na-

ção tem 44 pacientes com covid internados em UTIs, abaixo dos 73 há duas semanas.

Com isso, o ministro da Saúde, Magnus Heunicke, vai seguir uma recomendação da comissão epidemiológica de não estender nenhuma restrição depois de 31 de janeiro, segundo os documentos. Heunicke

quer reduzir a classificação da doença a partir de 1º de fevereiro, quatro dias antes do projeto pela comissão. As restrições atuais incluem horários de funcionamento limitados para restaurantes e bares, uso de passaportes sanitários e a exigência de máscaras em lojas e em alguns eventos fechados.

China pede que EUA mantenham calma em relação à questão da Ucrânia

Dias antes de o presidente russo, Vladimir Putin, chegar a Pequim para uma reunião de cúpula com o líder Xi Jinping, a China alertou os EUA e seus aliados a não "intensificarem a crise" em torno da Ucrânia, que está sob ameaça de invasão da Rússia.

Em conversa telefônica, o ministro de Relações Exteriores chinês, Wang Yi, disse ao secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, que todas as partes envolvidas devem "man-

ter a calma e evitar fazer coisas que estimulem tensões", segundo comunicado divulgado nesta quinta-feira (27) pela chancelaria da China.

O Departamento de Estado dos EUA, em comunicado com data de quarta-feira (26) pelo horário de Washington, diz que Blinken ressaltou a Wang os riscos impostos por agressões russas contra a Ucrânia. "Redução das tensões e diplomacia são o caminho responsável adiante", respondeu o secretário.

Holocausto: Guterres condena a xenofobia e o ódio no dia de memória às vítimas

O secretário-geral da ONU, António Guterres, afirmou que "o Holocausto definiu as Nações Unidas", estando na base de sua criação. A declaração foi feita em uma mensagem de homenagem pelo Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, celebrado anualmente em 27 de janeiro.

Guterres relembrou os cerca de 6 milhões de judeus mortos, as vítimas dos povos româ e sinti - conhecidos por ciganos - e "outras inúmeras vítimas de um horror sem precedentes de残酷 calculada" da máquina de guerra nazista, afirmando que o próprio nome da ONU remete à "aliança que lutava contra o regime nazista e seus aliados".

O chefe da ONU também lamentou o "reaparecimento alarmante" da xenofobia e do ódio em forma de antisemitismo e condenou tentativas recentes de negar o Holocausto, defendendo que as Nações Unidas têm o dever de se manter na linha de frente contra o antisemitismo, a intolerância religiosa e o

racismo. "Nenhuma sociedade está imune à irracionalidade ou à intolerância", afirmou.

Por sua vez, a alta comissária da ONU para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, relembrou que 77 anos após o Holocausto, o racismo e a xenofobia estão aumentando no mundo, com ataques contra judeus em várias regiões do mundo. A ex-presidente do Chile pediu uma posição firme de todos contra o ódio e "apoio à verdade fundamental de que existe igualdade entre todos os seres humanos".

Celebrações - Mesmo com a pandemia de covid-19, alguns atos em homenagem às vítimas do holocausto aconteceram na Europa. Na Alemanha, um letrero com os dizeres 'We Remember' (Nós lembramos) foi colocado na escadaria do Reichstag, em Berlim. O Bundestag (Parlamento alemão) recebeu o parlamentar israelense Mickey Levy e a sobrevivente do Holocausto Inge Auerbacher, de 87 anos.

Otan esclarece e diz que Rússia não pode ter poder de voto sobre Ucrânia

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) publicou, em seu site, uma lista com alguns esclarecimentos sobre a relação entre o grupo liderado pelos Estados Unidos e Moscou. A lista que discute "os cinco principais mitos" nessa relação é publicada em momento de tensões entre a Otan e a Rússia, com a possibilidade de que tropas russas invadam a Ucrânia.

A Otan afirma que desde sua fundação, em 1949, nunca fez uma promessa de não aceitar novos membros, inclusive depois da Guerra Fria.

O texto lembra a "Política de Portas Abertas" da entidade para eventuais novos membros da Europa, o que já consta em seu tratado de fundação. A entidade ainda diz ser uma "alian-

ça defensiva, com o propósito de proteger seus membros". Ela afirma que cooperou com a Rússia nos últimos 30 anos, por exemplo em operações contra o narcotráfico ou o terrorismo, mas diz que, em 2014, como resposta às ações agressivas da Rússia contra a Ucrânia, suspendeu a cooperação prática com Moscou. "Nós não buscamos confrontação, mas não podemos ignorar que a Rússia viola regras internacionais, minando nossa estabilidade e a segurança", diz.

Outro "mito" combatido pela Otan é de que a Ucrânia não poderia entrar na aliança. Segundo a organização, a decisão caberá aos 30 membros da própria Otan e ao país em questão, apenas.

Polícia na Ucrânia prende atirador que invadiu fábrica de mísseis e matou cinco

Um soldado da Guarda Nacional da Ucrânia abriu fogo ontem (27) contra uma fábrica de mísseis e foguetes na parte leste do país, matando cinco pessoas, informou a polícia. Embora os detalhes sejam escassos e não haja nenhum sinal imediato de que esteja relacionado ao aumento da tensão militar na região, o ataque indica os perigos do momento, com os temores de um ataque russo à Ucrânia crescendo a cada dia.

O atirador fugiu do local, levando a uma perseguição que durou horas antes de suspeito ser preso. A polícia identificou o homem como Artemi Ryabchuk e disse que ele nasceu em 2001, mas divulgou poucos outros detalhes sobre ele.

O ataque aconteceu na manhã de ontem, em um local comumente conhecido como Yuzhmarsh, uma fábrica aeroespacial e de foguetes que as autoridades americanas há muito consideram um risco para a

proliferação de armas - o tipo de localização estratégica que as autoridades ocidentais estão observando.

O atentado a tiros ocorreu em Dnipro, uma das maiores cidades do país e a mais de 160 quilômetros da linha de frente da guerra no leste da Ucrânia, onde os militares ucranianos lutam contra separatistas apoiados pela Rússia desde 2014.

Dado que a fábrica já foi um local de produção de mísseis balísticos intercontinentais, sempre esteve bem protegida, mesmo antes das últimas tensões.

A polícia disse que pouco antes das 4h, enquanto os soldados estavam recolhendo suas armas em uma guarita, o atirador abriu fogo. Havia 22 pessoas na sala no momento, disseram as autoridades.

Quatro dos mortos eram colegas soldados. Um funcionário da fábrica também foi morto, disse a polícia. Outras cinco pessoas ficaram feridas.

CONTEXTO JURÍDICO

STJ manda cancelar registro e benefício fiscal de empresa que degradou oceano

Seria um contrassenso o Estado, que age em nome da coletividade no papel de guardião do meio-ambiente ecologicamente equilibrado, brindar com contratos, incentivos fiscais, registro, licença e autorização a pessoa física ou jurídica que contamina ou degrada a natureza.

Com esse entendimento, a 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça deu provimento ao recurso especial ajuizado pelo Ibama para determinar sanções extras a uma empresa e seu sócio, ambos condenados a indenizar o Estado brasileiro por praticar a pesca de arrasto. O caso ocorreu no litoral do Rio Grande do Sul, onde agentes do Ibama flagraram e reportaram o dano ambiental. Na pesca de arrasto, embarcações usam grandes e pesadas redes para, em movimento, exatamente arrastá-la pelo fundo do oceano, trazendo

com si espécies não visadas e outras estruturas, como corais.

Em primeiro grau, o juiz identificou o dano ambiental e condenou a empresa a pagar R\$ 200 mil por danos materiais e outros R\$ 20 mil em danos morais coletivos, com a possibilidade de desconsideração da pessoa jurídica no momento da execução da pena, para alcançar os sócios.

O Ibama recorreu para que fosse cancelado o registro da empresa e cassadas a licença e incentivos fiscais. Elas estão previstas no artigo 14, incisos II a IV da Lei 6.938/1981 e no artigo 72, incisos IV a XI da Lei 9.605/1998.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região registrou que a sanção é possível, mas entendeu que, no caso concreto, não seriam aplicáveis. E acrescentou que as mesmas medidas poderiam ser buscadas na seara administrativa.

Ação sobre imóvel arrematado em processo trabalhista tem prescrição cível

A 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho aplicou a prescrição cível de dez anos a uma ação de imissão de posse apresentada pelos compradores de um imóvel em Joinville (SC), em leilão judicial para o pagamento de dívidas trabalhistas da Prisma Engenharia e Empreendimentos Ltda.

De acordo com o colegiado, a ação tem por objetivo tutelar direito de posse e propriedade de pessoas alheias à relação de emprego, o que afasta a prescrição trabalhista.

Arrematado em 2006, o imóvel havia sido ocupado por um grupo de pessoas que passou a residir no local. Diante dessa situação, os arrematantes ajuizaram a ação de imissão de posse em 2011, inicialmente na

Justiça Comum, que a remeteu à Justiça do Trabalho. Tanto para o juiz de primeiro grau quanto para o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC), a prescrição a ser aplicada ao caso era a trabalhista. Assim, a ação deveria ter sido ajuizada no prazo de dois anos a partir da data de aquisição do direito à propriedade e à posse, formalizado em março de 2007. Com isso, o processo foi declarado extinto.

Ao examinar o caso, contudo, o relator do recurso de revista dos arrematantes, ministro Renato de Lacerda Paiva, entendeu que o processo de imissão de posse é disciplinado pelo Direito Civil, e a prescrição a ser aplicada é a de dez anos, conforme dispõe o artigo 205 do Código Civil.

Professora vítima de agressão obtém aposentadoria com provento integral

A 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC) concedeu aposentadoria por invalidez, com vencimentos integrais, a uma professora que foi agredida pela mãe de um de seus alunos.

De acordo com o processo, a violência física e moral praticada pela mãe do estudante levou a profissional, que atuava no oeste de Santa Catarina, a desenvolver problemas físicos e psicológicos a partir de junho de 2008, quando precisou se afastar das salas de aula.

Abalada com o episódio, a professora alegou à época que estava sofrendo de depressão, síndrome do pânico e fibromialgia, além de danos ortopédicos.

Supermercado pode ser multado por promover aglomerações durante quarentena

Por verificar legalidade no ato administrativo, a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo reformou decisão de primeiro grau e validou três autos de infração aplicados pelo governo do estado contra um supermercado de Araçatuba, que permitiu aglomerações de clientes entre abril e maio de 2020, durante a quarentena de enfrentamento à Covid-19.

O relator do recurso, desembargador Marcos Pimentel Tammassia, destacou que, além da legislação federal e estadual específicas sobre a pandemia, também havia legislação municipal elencando as medidas que o supermercado deveria ter tomado e que foram descumpridas, tais como distanciamento mínimo de 1,5m entre clientes em filas e a proibição de crianças e de mais de uma pessoa da mesma família no estabelecimento.

Por verificar legalidade no ato administrativo, a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo reformou decisão de primeiro grau e validou três autos de infração aplicados pelo governo do estado contra um supermercado de Araçatuba, que permitiu aglomerações de clientes entre abril e maio de 2020, durante a quarentena de enfrentamento à Covid-19.

Por tudo isso, obteve aposentadoria por invalidez em 2013, após processo administrativo. Os proventos, porém, foram concedidos de forma proporcional.

Ainda de acordo com os autos, a busca por direitos piorou o quadro saúde da professora, que chegou a reclamar de ideação suicida. Ainda assim, seu pleito em primeiro grau acabou negado, o que a levou a apelar ao TJ-SC.

Ao examinar o caso, o desembargador Luiz Fernando Boller, relator da matéria no TJ, entendeu que os problemas de saúde só apareceram na vida da professora após o episódio de agressão no ambiente escolar.

O ex-auditor foi denunciado pela suposta participação em organização criminosa respon-

Réu apontado como líder do PCC continua preso por suposto esquema comandado do Paraguai

O vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Jorge Mussi, no exercício da presidência, negou a análise de habeas corpus em que a defesa de um dos supostos líderes do Primeiro Comando da Capital (PCC), preso preventivamente, buscava suspender e enviar à Justiça Federal ação penal na qual é acusado de coordenar, do Paraguai, um esquema de tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. Ao indeferir liminarmente o pedido, o ministro Jorge Mussi afirmou que é inviável a apreciação do caso pelo STJ em razão do mérito de outro habeas corpus, impetrado pela defesa no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), estar pendente de exame.

A corte paulista rejeitou o pleito, em caráter liminar, para suspender a realização da audiência de julgamento até a análise da lide das provas juntadas aos autos a partir de informações repassadas pelas autoridades paraguaias à Polícia Federal, que encaminhou o material ao Ministério Pùblico de São Paulo.

No habeas corpus direcionado ao STJ, a defesa apontou que o juiz estadual deve ser declarado incompetente, pois parte dos crimes atribuídos ao réu

(Foto: Divulgação)



teria sido praticada em território estrangeiro. Alegou, ainda, violação ao devido processo legal, sob o argumento de que a lide das provas estrangeiras não pode ser avaliada apenas no momento de prolação da sentença.

Inexistência de ilegalidade flagrante impede superação da Súmula 691 do STF - Ao concluir que é preciso aguardar o julgamento de mérito dos

pedidos da defesa na origem, o ministro Jorge Mussi destacou que, segundo a jurisprudência do STJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), não cabe a tribunal superior o exame de habeas corpus contra o indeferimento de liminar na instância antecedente - a não ser diante da existência de flagrante ilegalidade na decisão contestada. Com esse entendimento, o ministro Mussi

aplicou, por analogia, a Súmula 691 do STF, por considerar, em juízo preliminar, que não há manifesta ilegalidade no caso. Ele também ressaltou que a corte estadual apresentou motivação adequada para negar a liminar pleiteada, tendo como fundamento a necessidade de aguardar a chegada de informações adicionais e o regular andamento do processo.

Mantido bloqueio de bens de ex-auditor da Receita acusado de integrar organização criminosa que extorquia contribuintes



O vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Jorge Mussi, no exercício da presidência, indeferiu liminar formulado por um ex-auditor da Receita Federal para que fosse suspensa decisão que determinou o bloqueio de seus bens, inclusive aqueles mantidos em contas no exterior.

Segundo o ministro Mussi, o pedido do ex-servidor não se enquadra nas hipóteses previstas para a concessão de tutela de

sável por extorquir empresários e industriais para reduzir valores de autuações e eliminar procedimentos tributários. O grupo foi desarticulado em 2011 pela operação Paraíso Fiscal, deflagrada em conjunto pela Polícia Federal, Ministério Pùblico Federal (MPF) e Receita Federal.

Na origem, a Fazenda estadual tentou a cobrança de mais de R\$ 500 milhões em ICMS que seria devido pela Claro S.A. pela disponibilização dos satélites Star One para o uso de outras empresas de telecomunicações.

O pedido foi rejeitado pelo

Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro sob o argumento de que

os satélites são meros meios dis-

ponibilizados para que outras

empresas efetuam serviços de

telecomunicação.

O Fazenda destacou que a

Lei Geral de Telecomunicações

prevê que o ICMS incide sobre

as prestações onerosas de ser-

viços de comunicação, e que o

serviço de provimento de capa-

cidade de satélites para outras

empresas se enquadraria nesse

conceito.

Segundo o relator dos pro-

cessos, o ministro Benedito Gonçalves

ressaltou que a Agência Nacio-

nal de Telecomunicações (Anatel),

em seus diversos regramen-

tos, não considera o provimento

de capacidade de satélite como

um serviço de telecomunica-

ções. Ele disse que a jurispru-

dência do STJ é clara no sentido

de que serviços suplementares e

atividades meio não sofrem in-

cidência do ICMS.

urgência durante o plantão judiciário. “O periculum in mora não está evidenciado, pois não há o risco de ineficácia da concessão da ordem mandamental na hipótese de a liminar não ser desde logo deferida”, disse o ministro.

Organização criminosa extorquia contribuintes - Na ação penal, o ex-servidor é acusado de formação de quadrilha, corrupção, lavagem de dinheiro e

manutenção de depósitos não declarados no exterior. Segundo as investigações, a organização teria sido instalada na Delegacia do Fisco em Osasco (SP) e causado prejuízos de mais de R\$ 2 bilhões em impostos não recolhidos.

O mandado de segurança impetrado contra o bloqueio de bens foi negado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3). No pedido liminar no recurso em mandado de segurança, a defesa apontou diversas irregularidades na decisão do TRF3, entre elas a invalidade do bloqueio de ativos no exterior. Denunciado tinha valores incompatíveis com seus rendimentos

Para o ministro Jorge Mussi, as questões levantadas pela defesa no pedido de liminar são as mesmas que deverão ser examinadas pelo STJ quando do julgamento do mérito do recurso. Além disso, o ministro destacou que o TRF3, ao manter o bloqueio de bens, apontou que o ex-servidor foi encontrado em posse de valores milionários - tanto em reais quanto em dólares -, mantidos em cédulas e em contas bancárias no Brasil e no exterior. Os valores, segundo o MPF, eram incompatíveis com os rendimentos recebidos pelo investigado.

Se há opções, mulher que teve reação pode tomar 2ª dose de outra vacina, diz TJ-SP

Havendo plena disponibilidade de opções para vacinação contra a Covid-19, não há motivação para o Poder Pùblico negar a decisão do cidadão acerca da própria vida em relação a qual imunizante se vacinar com a segunda dose. Com esse entendimento, o desembargador Antônio Carlos Alves Braga Junior,

da 6ª Câmara de Direito Pùblico

do Tribunal de Justiça de São Paulo, concedeu liminar em favor de uma mulher que queria ser vacinada na segunda dose com um imunizante diferente em relação à primeira dose.

A autora da ação mora em

Campinas, onde foi imunizada com a vacina da AstraZeneca.

Como teve diversos efeitos colaterais, ela pediu à Secretaria

Municipal de Saúde para receber a segunda dose com imunizante de outra marca.

A administração pública negou o pedido. Explicou que a campanha de vacinação é planejada conforme o Programa Nacional de Imunização (PNI), do Ministério da Saúde e que alterações estão condicionadas

a eventuais revisões das orientações/indicações do órgão.

“Cabe apontar que, à luz das recomendações constantes na Norma Técnica vigente, não há previsão de indicação/contraindicação de um imunobiológico/vacina específico para a condição apresentada pela requerente”, diz a nota da secretaria.

A mulher, que é representada pelo advogado César Rezende, do escritório Moriki e Rezende Advogados, levou o caso à Justiça. Na ação, ela esclareceu que não discute a necessidade de vacinação. Quer “preservar seu direito a vida, visando acabar com o risco, ainda que mínimo, de morte por conta do agente imunizante da AstraZeneca”.

Relator no TJ-SP, o desembargador Alves Braga Junior analisou a documentação apresentada pela mulher, como a bulha da vacina e informações dos órgãos de saúde, e concluiu que, havendo plena disponibilidade de opções, não há porque privilegiar a decisão da administração pública e não a decisão do indivíduo.

Certificado por IBCT-Centro Brasileiro de ISSN de nº 2675-6767
Diário de Notícias
F30028BECACE477...

LEIS & PROJETOS

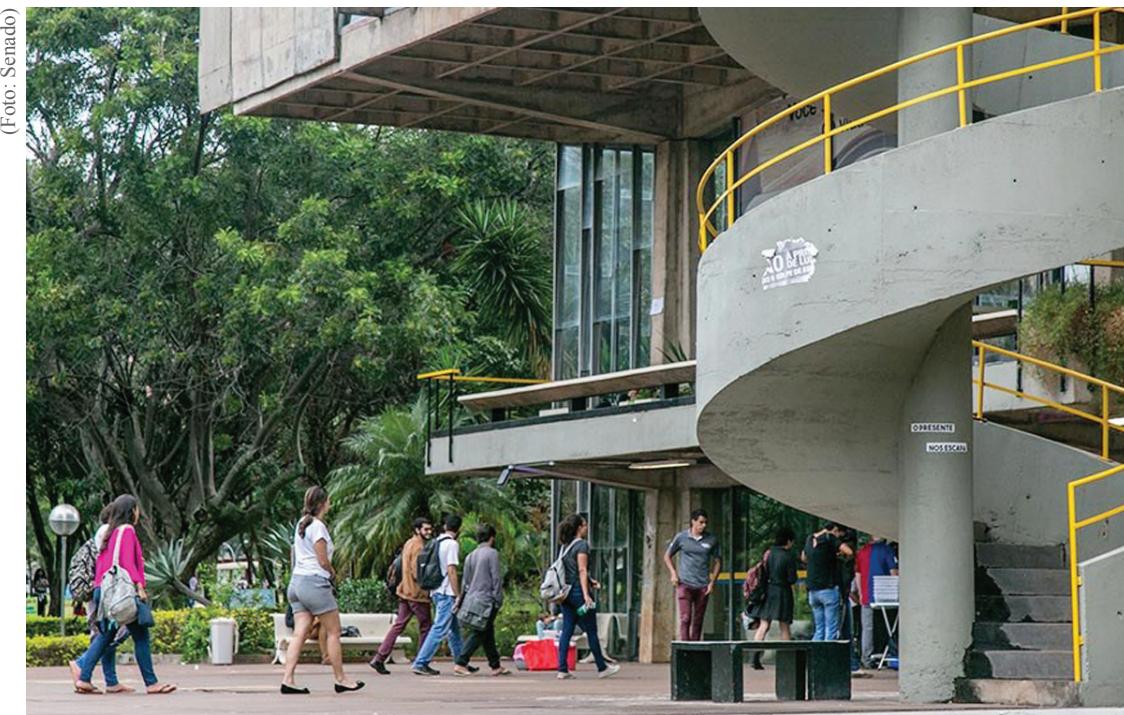
Ações do BNDES deverão beneficiar universidades públicas, prevê projeto na pauta da CRE

No retorno dos trabalhos a partir da próxima semana, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) poderá retomar a votação do projeto de Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) que condiciona as operações de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com empresas de grande porte à realização de contrato ou convênio de parceria técnica com universidades públicas brasileiras.

O relatório de Antonio Anastasia (PSD-MG) ao projeto (PL 6.039/2019) foi lido em dezembro na CRE, e foi concedida visita coletiva.

- Parece-nos salutar que empresas de grande porte, ao se tornarem tomadoras de empréstimos junto ao BNDES, ou seja, em condições vantajosas, apresentem como contrapartida a celebração de contrato ou convênio de parceria com uma universidade pública. Essa medida pode tornar-se uma importante ferramenta ao desenvolvimento científico nacional e, consequentemente, contribuir para alçar nosso país estrategicamente no cenário internacional - defendeu Anastasia em 9 de dezembro, quando apresentou seu relatório.

Já Veneziano lembrou que os empréstimos do BNDES trazem muitos benefícios aos tomadores, como prazos mais longos, maior montante de recursos deixado à disposição e,



Pela proposta, concessão de crédito a grande empresa será condicionada a parceria com universidades.

principalmente, as taxas de juros subsidiadas.

- É importante, além de benefícios privados, que mais benefícios possam ser obtidos com o esforço dos contribuintes. Por isso defendendo condicionar essas operações de crédito do BNDES à parceria com as universidades públicas. Nossa objetivo é aumentar a interação do corpo de pesquisadores e estudantes com o mercado e fomentar a produção científica - disse Veneziano.

Outras propostas - A partir da próxima semana, a CRE também poderá votar outras

matérias. Entre elas, o relatório de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) que pede a rejeição do PLS 371/2017. O projeto defende que deputados federais e senadores de um estado, a partir de maioria constituída, também possam decretar intervenção federal visando restaurar a ordem pública, a partir de ações de segurança pública.

No relatório, Randolfe aponta que a proposta é inconstitucional e sem operacionalidade. Ele lembra que a gestão das polícias é do Poder Executivo e que a Constituição é clara ao

dispor que os membros das polícias militares e dos corpos de bombeiros são militares dos estados. A Carta também é clara ao indicar que as PMs e os corpos de bombeiros subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos governadores, diz o senador. Portanto, também seria "ilógico" propor o uso da Força Nacional sem um convênio, pois a Constituição ainda é explícita ao indicar que uma intervenção só pode ser feita por decreto do presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional, ressalta.

Congresso vai analisar MP que autoriza Brasil a retaliar países em disputas paralisadas na OMC

O Congresso Nacional vai analisar uma medida provisória que autoriza o Brasil a suspender concessões e até retaliar membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) em disputas comerciais enquanto audiências estiverem interrompidas no organismo internacional que regula o comércio global de bens e serviços. A MP 1.098/2022, editada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, foi publicada na edição desta quinta-feira (27) do Diário Oficial da União.

De acordo com o governo, a autorização foi motivada pela paralisação do Órgão de Apelação da OMC, que se arrasta desde dezembro de 2020. Os Estados Unidos bloquearam nos últimos dois anos as nomeações de juízes para o órgão que funciona como um tribunal de recursos

e pode determinar sanções a contraventores. Com a MP, a Presidência da República poderá colocar em prática decisões favoráveis já obtidas na OMC, mas que ainda não foram implementadas devido aos recursos apresentados. "Com o intuito de pôr em prática as decisões favoráveis para o Brasil, pretende-se adotar a Câmara de Comércio Exterior de competência explícita para suspender concessões e outras obrigações em retaliação a membros da OMC que se utilizem de apelações dirigidas ao órgão de apelação", aponta o governo.

Apesar de produzir efeitos jurídicos imediatos, a Medida Provisória precisa passar por votação pelas Casas do Congresso Nacional (Câmara e Senado) para se converter definitivamente em lei ordinária.

Projeto que regulamenta profissão de executivo de futebol segue para o Senado

Aprovado na Câmara dos Deputados, segue para análise dos senadores o projeto que regulamenta a profissão de executivo de futebol e as relações de trabalho com os clubes. O PL 7396/2017 estabelece a exigência de conclusão em curso de formação em gestão ou de formação de executivo. De autoria do deputado Alex Manente (Cidadania-SP), a proposta define o executivo de futebol como qualquer profissional de futebol remunerada e com dedicação exclusiva que ocupe o cargo de diretor, executivo, diretor executivo, superintendente, gerente, supervisor ou coordenador de futebol do departamento profissional ou amador, ou de divisão de base.

O curso exigido para exercício da profissão deverá ter o reconhecimento de entidades que compõem o Sistema Nacional do Desporto ou de instituição de ensino superior,

e os profissionais que já tenham exercido o cargo por um mínimo de quatro anos, antes de vigência da norma, terão 36 meses para a conclusão do curso de formação.

Quanto às relações de trabalho dos executivos de futebol, o projeto permite o uso da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou de regulamento específico estipulado no texto. Essas regras preveem remuneração pactuada em contrato de natureza especial, com vigência mínima de três meses; férias anuais remuneradas de 30 dias, com abono de férias em data a ser compactuada pelas partes; remuneração mensal, prêmios, bonificações e valor das lutas; e repouso semanal remunerado de 24 horas ininterruptas. Outros termos do projeto regulamentam os direitos e deveres dos executivos de futebol e as multas indenizatórias em caso de rescisão de contrato.

Previdência e Auxílio Brasil lideram aumento de recursos no Orçamento 2022

Os programas da Nova Previdência e de inclusão social por meio do Bolsa Família (atual Auxílio Brasil) foram os que mais ganharam recursos no Orçamento deste ano, em comparação com o do ano passado. Enquanto o pagamento de benefícios previdenciários aumentou em R\$ 86,8 bilhões, a transferência de renda para famílias na linha da pobreza cresceu em R\$ 54,4 bilhões.

O Ministério da Cidadania foi a pasta que mais ganhou recursos na Lei Orçamentária deste ano, sancionada nesta semana pelo presidente da República. Na comparação com a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021, o ministério recebeu mais R\$ 68,6 bilhões, alcançando uma dotação de R\$ 173,3 bilhões. Com o crescimento, a

Cidadania ultrapassou o Ministério da Saúde, que ficou com R\$ 160,4 bilhões neste ano. Também tiveram um aumento significativo na sua dotação os ministérios da Educação, que ganhou mais R\$ 62,7 bilhões, e da Defesa, com mais R\$ 52,4 bilhões. O ministério com o maior orçamento é o do Trabalho e Previdência, recriado no ano passado, que conta com R\$ 888,5 bilhões.

Perdas - Dos programas do governo federal, 15 perderam recursos na comparação com a lei orçamentária do ano passado. A principal diferença está no programa de Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, que ficará com quase a metade da dotação anterior, passando de R\$ 9,5 bilhões para R\$ 4,8 bilhões.

Projeto adia a implantação total da reforma do ensino médio para 2024

A reforma prevê a flexibilização da grade curricular, a articulação com a educação profissional e o regime integral

O Projeto de Lei 3079/21 adia de 2022 para 2024 a implantação total das ações previstas na reforma do ensino médio, introduzida em 2017 na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O texto está em análise na Câmara dos Deputados.

A reforma prevê a flexibilização da grade curricular, a articulação com a educação profissional e o regime integral.

O projeto altera pontos da Lei 13.415/17, pela qual a carga horária mínima anual deverá ser de 1.000 horas agora em março, encerrados os cinco anos para aumento progressivo sobre as antigas 800 horas.

É temerário dar prosseguimento a uma reforma que altera de modo estrutural a última etapa da educação básica no País,

sobretudo se considerarmos que em 2022 as escolas retornarão de um período bastante conturbado devido à pandemia de Covid-19", afirmou a deputada Professora Rosa Neide (PT-MT).

Autora da proposta junto com outros 28 parlamentares, Rosa Neide disse que a ideia é assegurar a participação social e criar as condições para que os entes federativos, após a pandemia, possam regulamentar a reforma em situação de tranquilidade.

Quem já homologou as mudanças - Segundo a deputada, dados do Conselho Nacional de Secretários de Educação indicam que os novos currículos do ensino médio já foram homologados em 13 estados e no Distrito Federal, mas ninguém adotou as mudanças. Em outros dez estados, as alterações seguem sob análise nos Conselhos Estaduais de Educação.



O presidente da CMA, Jaques Wagner; e Contarato, relator de projeto sobre estrada no Parque do Iguaçu.

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) começa o ano com dois projetos prontos para serem votados: o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 61/2013, que trata da abertura de uma estrada

no Paraná, e o Projeto de Lei do Senado (PLS) 214/2015, que favorece o cultivo de florestas.

O PLC 61/2013 prevê a construção da Estrada-Parque Caminho do Colono, entre os

municípios paranaenses de Serranópolis e Capanema, cortando o Parque Nacional do Iguaçu. A via seria implantada no leito histórico do Caminho do Colono, situado entre o quilômetro

zero e o quilômetro 17,5 da PR-495, antiga BR-163. O trecho está fechado desde 1986, por decisão judicial. Com a reabertura da via, as distâncias serão reduzidas em 200 quilômetros, explica o projeto. Hoje é preciso contornar o parque.

O relator da proposta, senador Fabiano Contarato (PT-ES),

deu parecer contrário ao texto.

Segundo Contarato, a abertura da Estrada do Colono é nociva tanto para o meio ambiente quanto para a segurança pública e nacional.

"Abrir estradas no interior

de unidades de conservação é o meio mais eficaz de se acabar com as funções ecológicas desses espaços, pois, pelo processo de fragmentação de habitats causado pela estrada, a biodiversidade nativa será substituída por biodiversidade exótica, eliminando as características que ensejam a criação da unidade de conservação. Além disso, a abertura da estrada é desnecessária para infraestrutura viária e para o turismo", justificou o parlamentar.

A proposta altera a Lei de Improbidade Administrativa e está sendo analisada pela Câmara dos Deputados.

Atualmente, a referida lei já prevê diversas situações em que o agente público pode ser punido por ação ou omissão intencional que leve ao comprometimento ou à destruição do patrimônio público, sem, no entanto, abordar especificamente a desestruturação ou o corte de verbas de órgãos gestores de acervos históricos, artísticos e culturais.

A pena prevista para esses casos será de perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por até 12 anos e multa equivalente ao valor do dano causado, sem prejuízo de outras sanções penais, de responsabilidade, civis e administrativas cabíveis. As deputadas Erika



Situação do acervo histórico da Fundação Palmares motivou apresentação do projeto.

Kokay (PT-DF) e Benedicta da Silva (PT-RJ), autoras do projeto, citam como motivação denúncias recentes de armazenamento inadequado do acervo da Fundação Palmares, cuja sede foi transferida para um antigo

prédio da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Em 2021, durante visita às instalações da nova sede da Fundação Palmares, em Brasília, a Comissão de Cultura da Câmara encontrou problemas na conservação do acervo histórico da instituição. "Queremos acabar com o acervo da fundação para apagar a história e as lutas da população negra, mas estamos em luta contra essa destruição", disse, à época, Benedicta da Silva.

o reforma prevê a flexibilização da grade curricular, a articulação com a educação profissional e o regime integral

O Projeto de Lei 3079/21 adia de 2022 para 2024 a implantação total das ações previstas na reforma do ensino médio, introduzida em 2017 na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O texto está em análise na Câmara dos Deputados.

A reforma prevê a flexibilização da grade curricular, a articulação com a educação profissional e o regime integral.

O projeto altera pontos da Lei 13.415/17, pela qual a carga horária mínima anual deverá ser de 1.000 horas agora em março, encerrados os cinco anos para aumento progressivo sobre as antigas 800 horas.

É temerário dar prosseguimento a uma reforma que altera de modo estrutural a última etapa da educação básica no País,

GERAL

Aulas em SP voltam em fevereiro, sem novas medidas de restrição, diz secretário

O secretário municipal de Saúde de São Paulo, Edson Aparecido, prevê o retorno das aulas presenciais nas escolas a partir do dia 7 de fevereiro e descartou a adoção de novas medidas restritivas na capital paulista. Apesar da escalação de infecções pela variante Ômicron - a alta foi de 152% de novas internações por covid-19 ou suspeita da doença nas três últimas semanas no Estado -, ele aponta que os casos ligados à nova cepa têm apresentado menor letalidade.

"Tivemos aumento na média móvel de óbitos em relação a novembro, mas evidentemente, em função da vacinação em massa, possuímos um grau de proteção da população bastante grande, fazendo com que os efeitos sejam mais leves", disse ele na manhã desta quinta-feira, 27, à Rádio Eldorado. "Além disso, conquistamos também uma estrutura de atendimento (ao longo da pandemia)", detalhou.

A Prefeitura cancelou o carnaval de rua e adiou os desfiles

no sambódromo de fevereiro para abril, mas não prevê fechamento do comércio ou das escolas. "Nesse momento não pensamos nisso. Tomamos duas decisões importantes: cancelamento do carnaval de rua e adiamento do carnaval do sambódromo para abril. Estamos preocupados com as festas fechadas, que não anunciam medidas sanitárias, como uso de máscara e comprovação do passaporte da vacina. Se for o caso, tomaremos medidas mais sérias em relação a isso", criticou ele, sem detalhar quais seriam essas providências.

Além disso, indicou o retorno "seguro" das aulas presenciais para 7 de fevereiro, conforme calendário previamente divulgado pela secretaria. "As escolas também estão preparadas do ponto de vista sanitário para receber alunos e funcionários", garantiu. Para ele, a única forma de dar dois passos para trás, trazendo a implementação de novas medidas será a "incapacidade do sistema de saúde de atender as pessoas".

Tribunal anula autorizações para exploração mineral em terras indígenas no Pará

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) anulou todas as autorizações para exploração mineral em terras indígenas na região de Tucuruí, no Pará. A decisão acatou o pedido de uma ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF). O caso foi julgado pela 5ª Turma do tribunal, em 15 de dezembro de 2021 e a decisão unânime foi divulgada nesta quarta-feira, 26. Conforme informou o MPF, o Tribunal negou apelações da Agência Nacional de Mineração (ANM) e da mineradora Vale. A ANM fica proibida de liberar novas autorizações de pesquisa mineral, permissão de lavra garimpeira e concessão de lavra mineral na região, no perímetro que abrange as terras indígenas Parakanã, Trocará e suas adjacências.

O relator, desembargador federal Souza Prudente, lembrou que é "ilegal a existência de atividades de exploração mineralária em terras indígenas - ainda que com interferência periférica - bem como a constatação de processos administrativos para a autorização de pesquisa e de exploração

mineral nas referidas terras, tendo em vista que inexiste lei complementar conforme a exigência constitucional, nem autorização do Congresso Nacional, participação das comunidades indígenas afetadas no resultado da lavra ou relevante interesse público da União Federal."

A decisão acatou o argumento do MPF. "Mesmo que as áreas objeto de autorizações de exploração mineral ou de requerimentos a esse respeito não estejam localizadas integralmente em Terras Indígenas, a mera proximidade do empreendimento econômico é suficiente para impactar social e ambientalmente as comunidades indígenas", declarou Souza Prudente. O TRF-1 afirmou que, mesmo que a exploração fosse legal, haveria necessidade de licenciamento ambiental e consulta prévia, livre e informada das comunidades indígenas e tradicionais ocupantes das áreas adjacentes, conforme protocolos de consulta prévia, elaborados pelas comunidades, nos termos da Convênio nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Acolhimento

Para Francisco Borba Ribeiro Neto, coordenador do Núcleo Fé e Cultura da PUC-SP, o cenário sinaliza acolhimento, até diante da necessidade de se evitar preconceitos, mas ao mesmo tempo não indica mudança na doutrina da Igreja. "O cristão tem o dever de amar todas as pessoas e denunciar todo ato que não leva à realização humana de cada um", diz. No caso da homossexualidade, ressalta Borba, "uma série de preconcei-

gimento da Lei do Piso. Mais de 1,7 milhão de professores, dos Estados e Municípios, que lecionam para mais de 38 milhões de alunos nas escolas públicas serão beneficiados", publicou o presidente na rede social.

Pela Lei do Magistério, o reajuste de professores é atrelado ao chamado valor por aluno do Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), definido pelo Ministério da Educação, com base na inflação. No ano passado, o governo não concedeu reajustes.

Na quarta, o presidente havia dito a apoiadores que iria "seguir a lei". "Vou seguir a lei. Governadores não querem

33%. Eu vou dar o máximo que a lei permite, que é próximo disso", afirmou Bolsonaro. Governadores e prefeitos pressionavam o governo federal a tentar modificar a lei do piso e o cálculo do reajuste, como forma de evitar um aumento no piso salarial dos professores - e, assim, minimizar o impacto nos cofres de Estados e municípios.

Papa pede que pais não condenem filhos por orientação sexual

O Papa Francisco pediu na última quarta-feira, 26, que os pais não condenem os filhos por causa de orientação sexual, mas sim ofereçam apoio a eles. O pontífice fez o comentário em audiência semanal no Vaticano, referindo-se às dificuldades dos pais na criação dos filhos.

"Essas questões incluem pais que veem diferentes orientações sexuais em seus filhos e como lidar com isso, como acompanhar seus filhos e não se esconder atrás de uma atitude de condenação", afirmou Francisco, que, em outros momentos, já havia dito que os homossexuais têm o direito de serem aceitos por suas famílias como filhos e irmãos. Também tem defendido que os casais homossexuais tenham proteções legais, mas no que diz respeito à esfera civil, não dentro da Igreja Católica. Embora não possa aceitar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a instituição pode apoiar leis de união civil destinadas a dar a eles direitos conjuntos nas áreas de pensões e saúde e questões de herança.

Acolhimento

Para Francisco Borba Ribeiro Neto, coordenador do Núcleo Fé e Cultura da PUC-SP, o cenário sinaliza acolhimento, até diante da necessidade de se evitar preconceitos, mas ao mesmo tempo não indica mudança na doutrina da Igreja. "O cristão tem o dever de amar todas as pessoas e denunciar todo ato que não leva à realização humana de cada um", diz. No caso da homossexualidade, ressalta Borba, "uma série de preconcei-



tos sociais, que não têm nada de cristãos, confundiram essa fórmula simples". "O que deveria ser uma denúncia de comportamentos que não realizavam plenamente o ser humano se tornou atos discriminatórios e de desamor para com pessoas concretas, que normalmente precisavam até mais do apoio dos cristãos que as demais. Francisco está empenhado em corrigir essa compreensão equivocada da prática dos valores cristãos", afirma.

"As normas vindas de diferentes instâncias da Igreja Católica podem parecer confusas, mas o espírito geral é sempre o mesmo: deve-se fazer o máximo para acolher o homossexual, mas deixar claro que não se considera o ato homossexual construtor da realização plena da pessoa", conclui o sociólogo.

Em 15 de março de 2021, o Vaticano decidiu que a Igreja Católica não pode abençoar a união entre pessoas do mesmo sexo porque Deus "não pode abençoar o pecado". No entanto, segundo o decreto, homossexuais podem ser aceitos e podem receber bênçãos na Igreja Católica. (Com Agências Internacionais).

Em SP, Einstein e Sírio-Libanês mantêm tendência de alta de internações por covid

A exemplo do que se viu na primeira quinzena deste mês, alguns dos principais hospitais privados de São Paulo seguem assistindo a uma alta de pacientes internados por covid-19. Na comparação com duas semanas atrás, o Hospital Sírio-Libanês registrou o crescimento mais expressivo: o número de hospitalizados na capital paulista por infecção pelo coronavírus subiu 71%. Os hospitais Albert Einstein, São Camilo e Oswaldo Cruz também notificaram aumento.

Há 430 leitos ocupados por doenças diversas no Hospital Sírio-Libanês em São Paulo neste momento. Em 115 desses, estão pacientes internados com covid-19, sendo 21 deles em unidades de terapia intensiva

(UTI). A taxa de ocupação total da instituição é de 82%.

Há cerca de duas semanas, no último dia 12, a quantidade de internados com covid no Sírio era de 67 pessoas. 11 desses pacientes, praticamente a metade de agora, estavam em UTI. Com 401 leitos ocupados, a taxa de ocupação do hospital na ocasião era de 81%, índice semelhante ao apresentado nesta semana.

Embora seja crescente, o número é inferior ao registrado nos piores momentos da pandemia.

Em março de 2021, conforme noticiou o Estadão, o Sírio tinha 219 pacientes com confirmação ou suspeita de covid-19 (63 em UTIs). Naquela época, a campanha de vacinação ainda estava no início no Brasil.

No último dia 12, a unidade do Hospital Albert Einstein no Morumbi, zona oeste de São Paulo, tinha 91 pacientes internados com covid. Diante disso, cerca de 100 leitos foram colocados à disposição de pacientes com sintomas gripais. Na última quarta-feira, 26, com o aumento de 53% nas hospitalizações pela doença - o número chegou a 139 -, a oferta de enfermarias para atender esses pacientes também está maior. Agora, são 153 vagas.

Em março de 2021, segundo reportava o Estadão, o Albert Einstein atendia 216 pacientes internados com diagnóstico confirmado para covid-19. Desse grupo, 112 ocupavam leitos de UTI e da unidade semi-intensiva.

Maricá, no Estado do Rio, reduz ISS para atrair empresas sustentáveis

O município de Maricá, na Região Metropolitana do Rio, criou um regime de tributação diferenciado que reduzirá de 5% para 2% a alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS). O benefício será concedido a empresas que executarem atividades voltadas à proteção ambiental. A intenção da medida é atrair startups e negócios que atuem efetivamente de modo sustentável. Assim, o município quer criar uma espécie de fundo verde para financiar outras obras ecologicamente corretas.

"Temos a intenção de iniciar alguns projetos ligados ao tema

da sustentabilidade. Estamos no final da modelagem técnica para implantarmos energia fotovoltaica (solar) e começando a olhar energia eólica offshore", explica Olavo Noleto, presidente da Companhia de Desenvolvimento de Maricá (Codemar).

Segundo ele, "na lógica de uma agenda de sustentabilidade", a prefeitura pesquisou como poderia ser financiada. "E aí fomos ver iniciativas de fundos verdes, que em geral são feitos de crédito de carbono e similares", conta. "A gente aqui vai fazer inventário das nossas florestas, mas isso só não

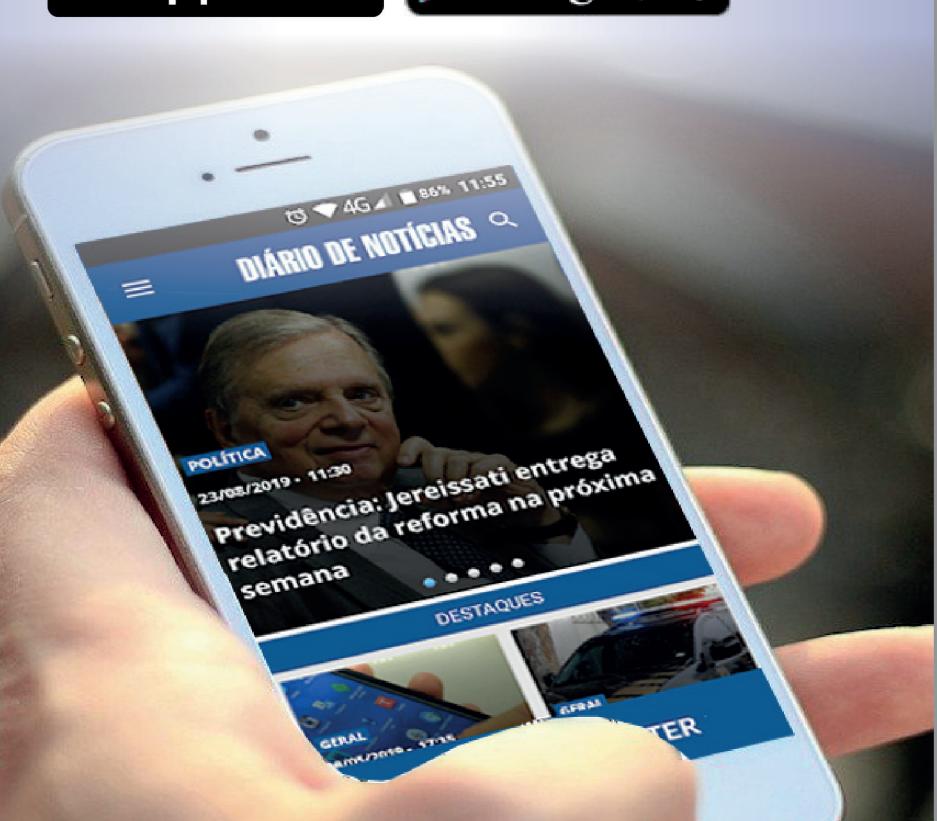
garante um fundo com densidade de necessária para alavancar os nossos investimentos."

Foi a partir daí que surgiu a ideia de criar um regime de tributação diferenciado para iniciativas de proteção ambiental. O município está de olho na instalação de empresas que oferecem plataformas digitais de operações, fintechs, startups prestadoras de serviços ambientais e até mesmo empresas de administração e gestão de fundos. A única exigência para poder aderir ao programa é comprovar atividades com fins sustentáveis.

**Aplicativo
DIÁRIO DE NOTÍCIAS BRASIL**
Informação em tempo real.

Disponível na
App Store

DISPONÍVEL NO
Google play



PUBLICIDADE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que foi designada nova data para abertura do PREGÃO PRESENCIAL N° 187/2021. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AÇÃO JUDICIAL. A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 09:00 horas do dia 11/02/2022, onde ocorrerá o processamento do pregão. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R\$20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 31/01/2022. Orlândia, SP, 27 de Janeiro de 2022. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR – Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que foi designada nova data para abertura do PREGÃO PRESENCIAL N° 189/2021. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AÇÃO JUDICIAL. A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 14:00 horas do dia 11/02/2022, onde ocorrerá o processamento do pregão. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R\$20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 31/01/2022. Orlândia, SP, 27 de Janeiro de 2022. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR – Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO PRESENCIAL N° 04/2022. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO (POR ITEM). OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO PARA COLETA SELETIVA. A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 14:00 horas do dia 09/02/2022, onde ocorrerá o processamento do pregão. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R\$ 20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 31/01/2022. Orlândia, SP, 27 de Janeiro de 2022. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR – Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO PRESENCIAL N° 08/2022. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO QUILÔMETRO TIPO VAN TRANSFORMADOS EM AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO. A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 09:00 horas do dia 10/02/2022, onde ocorrerá o processamento do pregão. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R\$20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 31/01/2022. Orlândia, SP, 27 de Janeiro de 2022. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR – Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO PRESENCIAL N° 12/2022. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO (POR ITEM). OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), COMERCIAL À GRANEL PARA À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 14:00 horas do dia 10/02/2022, onde ocorrerá o processamento do pregão. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R\$20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 31/01/2022. Orlândia, SP, 27 de Janeiro de 2022. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR – Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO PRESENCIAL N° 13/2022. TIPO: MENOR VALOR UNITÁRIO (POR ITEM). OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 09:00 horas do dia 15/02/2022, onde ocorrerá o processamento do pregão. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R\$20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 31/01/2022. Orlândia, SP, 27 de Janeiro de 2022. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR – Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO PRESENCIAL N° 15/2022. TIPO: MENOR VALOR UNITÁRIO (POR ITEM). OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA SEREM UTILIZADOS POR DIVERSAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 09:00 horas do dia 09/02/2022, onde ocorrerá o processamento do pregão. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R\$ 20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 31/01/2022. Orlândia, SP, 27 de Janeiro de 2022. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 005/22 – Objeto: Registro de preços para aquisição de óleo lubrificante, fluidos e graxas destinados aos veículos que compõem a frota municipal, conforme descritivo constante do Anexo I deste Edital, do tipo **MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM. CADASTRAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS**: Cadastro de Propostas Iniciais: 09:00 horas da data 27/01/22 até 09:00 horas da data 09/02/22. Abertura da Propostas Iniciais: 09/02/22 às 09:05 horas. O Edital na Integra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.bbmetatracoes.com.br ou solicitado pelo e-mail: pregao@campolimpopaulista.sp.gov.br. Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11) 4039-8358/4039-8326 ou diretamente na Diretoria de Administração desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adhemar da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

Denis Roberto Braghetti
Secretário Municipal de Serviços Urbanos

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

COMUNICADO

O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração, torna público a todos os interessados, que face às irregularidades cometidas pela empresa VAGNER ELENO FAVI - EPP, CNPJ n° 11.658.268/0001-31, nos termos apresentados no processo administrativo de penalização sob o nº 92.048/2021, oriundo do Contrato SMA/DLC n° 041/2018, impõe à mesma as penalidades de multas cabíveis, tendo em vista violação da Cláusula Décima - Item 10.2.3.3, Cláusula Quinta - Itens 5.1, 5.2, 5.7, 5.14, 5.16, resultando também nas sanções previstas na Cláusula Décima, Item 10.1, II e Item 10.1, VI e Rescisão Unilateral do Contrato, com base na Cláusula Sexta.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC, 27 de janeiro de 2022.

CLAUDIR SANTOS LIMA - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

COMUNICADO

O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração, torna público a todos os interessados, que face às irregularidades cometidas pela empresa VAGNER ELENO FAVI - EPP, CNPJ n° 11.658.268/0001-31, nos termos apresentados no processo administrativo de penalização sob o nº 95.832/2021, oriundo do Contrato SMA/DLC n° 043/2018, impõe à mesma as penalidades de multas cabíveis, tendo em vista violação da Cláusula Décima - Item 10.2.3.3, Cláusula Quinta - Itens 5.1, 5.2, 5.7, 5.14, 5.16, resultando também nas sanções previstas na Cláusula Décima, Item 10.1, II e Item 10.1, VI e Rescisão Unilateral do Contrato, com base na Cláusula Sexta.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC, 27 de janeiro de 2022.

CLAUDIR SANTOS LIMA - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

COMUNICADO

O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração, torna público a todos os interessados, que face às irregularidades cometidas pela empresa VAGNER ELENO FAVI - EPP, CNPJ n° 11.658.268/0001-31, nos termos apresentados no processo administrativo de penalização sob o nº 95.832/2021, oriundo do Contrato SMA/DLC n° 043/2018, impõe à mesma as penalidades de multas cabíveis, tendo em vista violação da Cláusula Décima - Item 10.2.3.3, Cláusula Quinta - Itens 5.1, 5.2, 5.7, 5.14, 5.16, resultando também nas sanções previstas na Cláusula Décima, Item 10.1, II e Item 10.1, VI e Rescisão Unilateral do Contrato, com base na Cláusula Sexta.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC, 27 de janeiro de 2022.

CLAUDIR SANTOS LIMA - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

COMUNICADO

O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração, torna público a todos os interessados, que face às irregularidades cometidas pela empresa VAGNER ELENO FAVI - EPP, CNPJ n° 11.658.268/0001-31, nos termos apresentados no processo administrativo de penalização sob o nº 95.832/2021, oriundo do Contrato SMA/DLC n° 043/2018, impõe à mesma as penalidades de multas cabíveis, tendo em vista violação da Cláusula Décima - Item 10.2.3.3, Cláusula Quinta - Itens 5.1, 5.2, 5.7, 5.14, 5.16, resultando também nas sanções previstas na Cláusula Décima, Item 10.1, II e Item 10.1, VI e Rescisão Unilateral do Contrato, com base na Cláusula Sexta.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC, 27 de janeiro de 2022.

CLAUDIR SANTOS LIMA - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

COMUNICADO

O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração, torna público a todos os interessados, que face às irregularidades cometidas pela empresa VAGNER ELENO FAVI - EPP, CNPJ n° 11.658.268/0001-31, nos termos apresentados no processo administrativo de penalização sob o nº 95.832/2021, oriundo do Contrato SMA/DLC n° 043/2018, impõe à mesma as penalidades de multas cabíveis, tendo em vista violação da Cláusula Décima - Item 10.2.3.3, Cláusula Quinta - Itens 5.1, 5.2, 5.7, 5.14, 5.16, resultando também nas sanções previstas na Cláusula Décima, Item 10.1, II e Item 10.1, VI e Rescisão Unilateral do Contrato, com base na Cláusula Sexta.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC, 27 de janeiro de 2022.

CLAUDIR SANTOS LIMA - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

COMUNICADO

O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração, torna público a todos os interessados, que face às irregularidades cometidas pela empresa VAGNER ELENO FAVI - EPP, CNPJ n° 11.658.268/0001-31, nos termos apresentados no processo administrativo de penalização sob o nº 95.832/2021, oriundo do Contrato SMA/DLC n° 043/2018, impõe à mesma as penalidades de multas cabíveis, tendo em vista violação da Cláusula Décima - Item 10.2.3.3, Cláusula Quinta - Itens 5.1, 5.2, 5.7, 5.14, 5.16, resultando também nas sanções previstas na Cláusula Décima, Item 10.1, II e Item 10.1, VI e Rescisão Unilateral do Contrato, com base na Cláusula Sexta.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC, 27 de janeiro de 2022.

CLAUDIR SANTOS LIMA - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

COMUNICADO

O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração, torna público a todos os interessados, que face às irregularidades cometidas pela empresa VAGNER ELENO FAVI - EPP, CNPJ n° 11.658.268/0001-31, nos termos apresentados no processo administrativo de penalização sob o nº 95.832/2021, oriundo do Contrato SMA/DLC n° 043/2018, impõe à mesma as penalidades de multas cabíveis, tendo em vista violação da Cláusula Décima - Item 10.2.3.3, Cláusula Quinta - Itens 5.1, 5.2, 5.7, 5.14, 5.16, resultando também nas sanções previstas na Cláusula Décima, Item 10.1, II e Item 10.1, VI e Rescisão Unilateral do Contrato, com base na Cláusula Sexta.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC, 27 de janeiro de 2022.

CLAUDIR SANTOS LIMA - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

COMUNICADO

O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração, torna público a todos os interessados, que face às irregularidades cometidas pela empresa VAGNER ELENO FAVI - EPP, CNPJ n° 11.658.268/0001-31, nos termos apresentados no processo administrativo de penalização sob o nº 95.832/2021, oriundo do Contrato SMA/DLC n° 043/2018, impõe à mesma as penalidades de multas cabíveis, tendo em vista violação da Cláusula Décima - Item 10.2.3.3, Cláusula Quinta - Itens 5.1, 5.2, 5.7, 5.14, 5.16, resultando também nas sanções previstas na Cláusula Décima, Item 10.1, II e Item 10.1, VI e Rescisão Unilateral do Contrato, com base na Cláusula Sexta.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC, 27 de janeiro de 2022.

CLAUDIR SANTOS LIMA - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

COMUNICADO

O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração, torna público a todos os interessados, que face às irregularidades cometidas pela empresa VAGNER ELENO FAVI - EPP, CNPJ n° 11.658.268/0001-31, nos termos apresentados no processo administrativo de penalização sob o nº 95.832/2021, oriundo do Contrato SMA/DLC n° 043/2018, impõe à mesma as penalidades de multas cabíveis, tendo em vista violação da Cláusula Décima - Item 10.2.3.3, Cláusula Quinta - Itens 5.1, 5.2, 5.7, 5.14, 5.16, resultando também nas sanções previstas na Cláusula Décima, Item 10.1, II e Item 10.1, VI e Rescisão Unilateral do Contrato, com base na Cláusula Sexta.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC, 27 de janeiro de 2022.

CLAUDIR SANTOS LIMA - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

COMUNICADO

O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração, torna público a todos os interessados, que face às irregularidades cometidas pela empresa VAGNER ELENO FAVI - EPP, CNPJ n° 11.658.268/0001-31, nos termos apresentados no processo administrativo de penalização sob o nº 95.832/2021, oriundo do Contrato SMA/DLC n° 043/2018, impõe à mesma as penalidades de multas cabíveis, tendo em vista violação da Cláusula Décima - Item 10.2.3.3, Cláusula Quinta - Itens 5.1, 5.2, 5.7, 5.14, 5.16, resultando também nas sanções previstas na Cláusula Décima, Item 10.1, II e Item 10.1, VI e Rescisão Unilateral do Contrato, com base na Cláusula Sexta.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC, 27 de janeiro de 2022.

CLAUDIR SANTOS LIMA - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

COMUNICADO

O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração, torna público a todos os interessados, que face às irregularidades cometidas pela empresa VAGNER ELENO FAVI - EPP, CNPJ n° 11.658.268/0001-31, nos termos apresentados no processo administrativo de penalização sob o nº 95.832/2021, oriundo do Contrato SMA/DLC n° 043/2018, impõe à mesma as penalidades de multas cabíveis, tendo em vista violação da Cláusula Décima - Item 10.2.3.3, Cláusula Quinta - Itens 5.1, 5.2, 5.7, 5.14, 5.16, resultando também nas sanções previstas na Cláusula Décima, Item 10.1, II e Item 10.1, VI e Rescisão Unilateral do Contrato, com base na Cláusula Sexta.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC, 27 de janeiro de 2022.

CLAUDIR SANT

